

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	7
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	11
INVESTIMENTOS	25
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO.....	27
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	28
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	28
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	29
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	30
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	38
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	39
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	41
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	42
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	43
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	44
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	45
1. CONTEXTO OPERACIONAL	45
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	46
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	48
4. DAS CONCESSÕES	51
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	54
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	54
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	55
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	56
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	57
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	58
11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	59
12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	60
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	60
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	62
15. FORNECEDORES	67
16. TRIBUTOS.....	67
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	69
18. ENCARGOS SETORIAIS.....	74
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	74
20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	81
21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	87
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	88
23. RECEITA.....	92
24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	93
25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA "B"	93
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	96
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	97
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	100
29. SEGUROS.....	109
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	110
31. REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA COMPANHIA.....	110
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	113
33. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	113
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	113
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	126
TERMO DE RESPONSABILIDADE	132
PARECER DO CONSELHO FISCAL	133

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações contábeis regulatórias e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi muito positivo para a Cemig D, com realizações que permitiram à Companhia atingir um novo patamar de sustentabilidade financeira e operacional, após um período de desafios nos últimos anos em função de um cenário macroeconômico e de hidrologia adversos e de uma maior alavancagem financeira, especialmente em razão da perda de algumas concessões de geração.

Os resultados obtidos em 2018 nos trazem a certeza do direcionamento estratégico correto adotado na condução dos negócios da Cemig pela Administração, e operação eficiente pelo seu qualificado grupo de colaboradores.

O exercício de 2018 marcou um grande avanço nas práticas de Governança Corporativa da Companhia, a começar pela aprovação da reforma do Estatuto, trazendo inúmeras mudanças com o objetivo de preparar a Cemig D para os novos tempos, além de ajustar-se ao estabelecido na Lei 13.303/2016, que trouxe uma série de exigências com vistas à melhoria permanente da gestão das empresas estatais, nos diversos âmbitos da Federação.

Conquanto se espera que os aprimoramentos sejam contínuos, e, portanto, persistem os desafios para as futuras gestões, os avanços já implementados sedimentam um novo patamar de governança da Cemig D, a exemplo da aprovação e implementação das diversas Políticas previstas no Estatuto, de transações com partes relacionadas, gestão de pessoas, divulgação de informações e gestão de participações.

Da mesma forma, nos conteúdos de finanças, recursos humanos e integridade foi remodelado o Comitê de Auditoria, responsável também pelas questões de elegibilidade, e instituído o Comitê de Estratégia e Finanças, ambos no âmbito do Conselho de Administração, marcando as bases para que a Cemig D siga em sua trilha de crescimento, eficiência e sustentabilidade.

Digno de realce, entre as realizações de 2018, a revisão tarifária da Cemig Distribuição, onde nossos investimentos realizados no ciclo tarifário de 2013 a 2018, próximos a R\$5 bilhões, passaram a ser remunerados na tarifa. Esse incremento na receita aliado a redução dos custos operacionais permitiram a Cemig D voltar a ter lucro em 2018 após dois anos de prejuízos.

Em 2018 a Cemig D apresentou um lucro de R\$380 milhões em comparação aos prejuízos verificados em 2017 e 2016 de R\$117 milhões e R\$324 milhões respectivamente. Da mesma forma, o Lajida em 2018 foi de R\$1.528 milhões na comparação ao Lajida de R\$830 milhões de 2017, um aumento expressivo de 84,10%. Ressalta-se que a revisão tarifária teve os seus efeitos a partir de junho de 2018, ou seja, somente em 2019 os efeitos da revisão serão integralmente incorporados ao resultado.

No que se refere a gestão da dívida, continuamos focados no alongamento do seu prazo médio de vencimento e também na redução dos custos financeiros de captação.

Corroborando os avanços que mencionamos, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações positivas do risco de crédito da Cemig D durante o ano de 2018, refletindo expressiva evolução dos ratings e reconhecendo o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da nossa qualidade de crédito.

Muito importante ressaltar ainda que essa melhoria nos resultados financeiros também foi acompanhada pela nossa preocupação com a qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes. Nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC e FEC) continuam em trajetória de melhoria e de atendimento aos padrões regulatórios.

Não nos descuidamos também dos nossos colaboradores, comemoramos em 2018 um ano sem acidentes fatais com a força de trabalho da Cemig D, incluindo empregados próprios e aqueles contratados por terceiros.

Temos a sustentabilidade e a responsabilidade social como parte de nossa cultura. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Estamos otimistas quando olhamos para o futuro, na busca de solidificarmos ainda mais a sustentabilidade da Cemig D, garantindo o retorno adequado aos acionistas, a confiança dos investidores e a satisfação dos legítimos interesses dos demais atores envolvidos em nosso negócio.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como empresa de referência no País.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 536.569 km de redes de distribuição sendo 108.576 km em área urbana, 410.486 km de redes rurais e 17.507 km de linhas de distribuição, com 8.409 milhões de consumidores faturados em 2018.

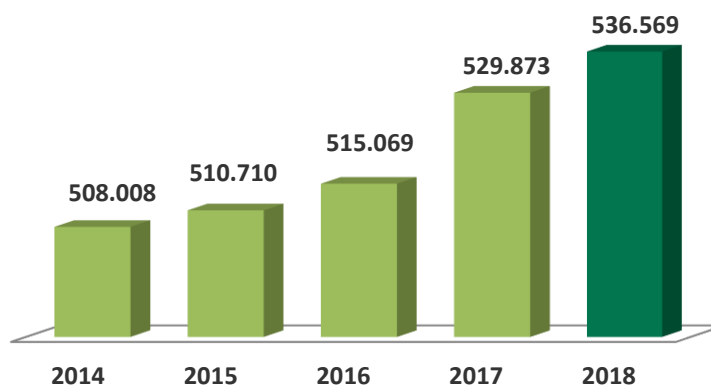
A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 634.594 mil de consumidores naquele perfil, o que representa 9,19% do total de consumidores da classe residencial.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Classe	Número de consumidores				
	2018	2017	2016	2015	2014
Cientes cativos					
Residencial	6.817.365	6.765.201	6.691.673	6.532.169	6.445.960
Industrial	72.341	73.833	74.535	75.085	77.132
Comercial	720.535	717.988	716.602	714.433	719.955
Rural	712.792	705.541	694.026	678.742	687.778
Poder público	64.322	63.477	63.483	62.854	62.164
Iluminação pública	6.418	6.137	5.667	4.146	4.027
Serviço público	13.431	12.976	12.548	11.038	10.389
Sub-total	8.407.204	8.345.153	8.258.534	8.078.467	8.007.405
Variação %	0,74	1,05	2,23	0,89	2,92
Cientes livres					
Industrial	574	531	443	310	308
Comercial	555	456	264	109	106
Rural	6	4	-	-	-
Concessionária (distribuidora)	3	3	3	3	3
TOTAL (*)	8.408.342	8.346.147	8.259.244	8.078.889	8.007.822
Variação %	0,75	1,05	2,23	0,89	2,92

(*) Exclui o consumo próprio

Comportamento do mercado

	Mercado atendido - GWh				
	2018	2017	2016	2015	2014
Energia faturada	25.540	25.382	26.244	26.746	27.308
Fornecimento	25.230	25.053	25.886	26.416	26.973
Residencial	10.268	10.008	9.916	9.830	10.014
Industrial	2.588	2.611	3.195	3.757	4.077
Comércio, serviços e outros	5.190	5.253	5.712	6.027	6.031
Rural	3.614	3.648	3.575	3.380	3.390
Poder público	871	866	886	892	891
Iluminação Pública	1.384	1.367	1.350	1.326	1.298
Serviço público	1.315	1.300	1.252	1.204	1.272
Suprimento agente distribuição	311	329	358	330	335
Uso da rede distribuição					
Consumidores livres	18.974	17.410	16.929	15.341	17.113
Industrial	17.793	16.417	16.338	14.896	16.659
Comercial	1.168	985	591	445	454
Rural	13	8	-	-	-
Total	44.515	42.792	43.172	42.087	44.421
Variação %	4,02	(0,88)	2,58	(5,25)	(1,80)

A distribuição de energia da Cemig D em 2018 foi de 44.415 GWh (42.792 GWh em 2017). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foi o industrial e o residencial.

A energia total distribuída para essas classes representou 68,85% (45,78% do industrial e 23,07% do residencial) do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 30.649 MWh, no ano de 2018, com crescimento de 5,56%, em relação ao ano de 2017.

O consumo comercial representa 14,28% da energia distribuída pela Cemig D e totalizou 6.358 GWh em 2018 acréscimo de 1,92% comparação a 2017 (6.238 GWh).

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

R\$ mil	2018 Realizado	2019 Projetado	2020 Projetado	2021 Projetado	2022 Projetado	2023 Projetado
Plano de Investimentos 2019	848.916	1.099.287	1.179.769	1.465.658	1.175.732	889.685

R\$ mil	2018 Projetado	2019 Projetado	2020 Projetado	2021 Projetado	2022 Projetado
Plano de Investimentos 2018	1.009.947	673.681	1.174.703	1.211.037	996.716
Variação %	(16)	63	0	21	18

A diferença entre o projetado e realizado do ano de 2018 se deve pelos seguintes fatores:

- previsão de um número elevado de substituição de medidores, sendo substituído um número menor, devido a pouca adesão à modalidade tarifária branca e realização de inspeções abaixo do previsto;
- realização do cronograma físico inferior ao planejado em função de atrasos na mobilização de equipes nas obras, provocados por transições contratuais resultando em atrasos na realização financeira e capitalização das obras;
- atraso na entrega de transformadores de Subestações Compacta Integrada pela empresa contratada para fornecimento de equipamentos e materiais, por motivo de reprovação em testes de inspeção; e
- atraso no cronograma de empreendimentos sob responsabilidade de execução do acessante.

Em relação à projeção dos próximos anos, a diferença é motivada pela adequação à capacidade de investimentos da distribuidora.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste tarifário anual

Ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre a revisão tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A Aneel homologou a revisão tarifária da Companhia em 2018, com um índice médio de reajuste de 23,19% constituído de dois componentes: (i) Reposicionamento Tarifário Econômico de 13,30%, decorrente do aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e aumento de 4,30% dos custos gerenciáveis (Parcela B); (ii) Financeiros de 3,65% e (iii) a retirada de componentes financeiros considerados no reajuste tarifário anterior que representaram um aumento de 6,24%.

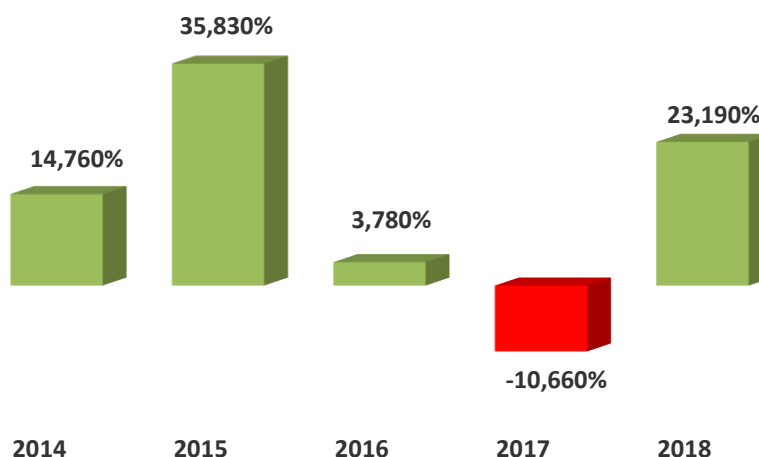
O aumento para o consumidor residencial foi de 18,53%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 35,56%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de 18,63%.

Do valor cobrado na fatura, 20,9% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 79,1% são repassados para cobrir a compra da energia (28,5%), encargos setoriais (12,9%), custo de transmissão (6,5%), chamado de Parcela A, além dos tributos representados pelo ICMS (25,1%) e PASEP/COFINS (5,8%). Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig D é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

Também é cobrada a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig D apenas arrecada a taxa de iluminação pública e repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig D, mais de 691 mil consumidores são rurais e cerca de 550 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajustes Tarifários



Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 220 mil clientes em 2018, o que representa um aumento de 62,96% em relação ao ano de 2017 (135 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Foi implantado o projeto *On Site Printing* que permite a entrega de contas de energia de unidades consumidoras localizadas em áreas rurais (com cadastro de endereço alternativo) no faturamento imediato e a impressão das contas de energia em campo, com economia mensal de recursos da ordem de R\$400 mil.

Temos hoje 8,96% dos clientes de média tensão telemedidos o equivalente a 1.014 instalações.

Gestão da inadimplência e arrecadação

Para combater o nível histórico de inadimplência, em 2018, a Cemig D redobrou o cerco aos consumidores que têm conta em atraso, já tendo sido demonstrados alguns resultados desses esforços. Desde dezembro de 2016 a empresa não apresenta incremento considerável nos percentuais apurados de inadimplência, demonstrando um estancamento e controle dos índices. Na classe residencial, que representa maior parcela do mercado cativo, já foi observado em 2018 um nível de inadimplência 7,6% menor do que o observado em 2017 e 11,6% abaixo do registrado em 2016. Tendo isto em vista, espera-se um comportamento de queda mais consistente no volume total de inadimplência em 2019.

A Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência. Entre as medidas adotadas pela Companhia estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS e carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e principalmente o corte no fornecimento de energia.

Com relação à interrupção de fornecimento (corte) é importante salientar que a empresa promoveu um plano robusto ao longo de 2018, realizando mais de 1.340.000 interrupções nas diversas classes de consumo. Este foi o maior volume de cortes realizados pela Companhia em um único ano.

Ressalta-se que além destas diversas ferramentas de cobrança, a Companhia ofereceu aos seus clientes a oportunidade de regularização dos débitos, lançando uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação e renegociação aos clientes de baixa tensão, hospitais e poder público.

Desta forma, com a intensificação da aplicação das ferramentas de cobrança de débitos e o efetivo corte de fornecimento dos devedores, a empresa está ainda mais confiante na redução dos índices de inadimplência para os próximos anos.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição – IPTD em 2018 foi de 12,48% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, sendo 8,77% referente às perdas técnicas e 3,71% relativos às perdas não técnicas. Esse resultado do IPTD está acima da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D para o 5º ciclo tarifário (2018 a 2022), que em 2018 é de 11,75% e no final de 2022 será de 11,23%. Apesar disso, houve redução expressiva no IPTD de 2018 de 1,76% em relação ao resultado de 2017 (14,24%).

Destaca-se a melhoria obtida pela Companhia no reconhecimento de perda técnica regulatória, o qual subiu de 7,84% no 3º ciclo tarifário (2008 a 2012) para 8,77% no 4º ciclo tarifário, em função do trabalho realizado por grupo instituído na Companhia desde 2014, o qual conduziu diversos estudos para implementação da nova metodologia de cálculo de perdas técnicas bem como discussões técnicas com a Aneel no âmbito da última revisão tarifária da Cemig D.

Além disso, a redução nas perdas técnicas tem sido proporcionada a partir da implantação de diversas obras de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão, sendo que para o ciclo 2018 a 2022, estão previstos investimentos da ordem de R\$4,5 bilhões no sistema elétrico.

Com relação às perdas não técnicas, correspondentes à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de cadastro dentre outros, estas são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel), sendo que o resultado em 2018 foi de 10,53% (redução de 2,58% em relação ao resultado de 2017 - 13,11%), para uma meta regulatória de 7,31%. A intensificação das ações de combate a partir de 2017 tem proporcionado a estabilização e início de queda dos níveis de perdas não técnicas da Cemig D, após um período complexo marcado por elevação do indicador, em função do cenário de recessão econômica vivenciado no país.

Em 2018 a Cemig D promoveu diversas ações com foco na redução de perdas não técnicas, com destaque especial para o aumento expressivo do número de inspeções em unidades consumidoras com suspeita de fraude. Foram realizadas 185 mil inspeções em todo o estado, um aumento de 86,86% em relação a 2017 (99 mil inspeções), proporcionando incremento de receita de R\$54,9 milhões, além de recuperação de R\$8 milhões.

Adicionalmente, foram realizadas diversas ações para mitigação das perdas não técnicas: mutirões de inspeções em pontos estratégicos da capital e interior do estado com cobertura da mídia (televisão, rádio, jornal etc), operações “anti-gato” que resultaram na retirada de 500 ligações clandestinas de energia, elaboração de 150 subsídios visando à criminalização de fraudadores contumazes, monitoramento remoto de grandes clientes em alta, média e baixa tensão (total de 12 mil clientes de média tensão telemedidos) que representa blindagem de 43,5% do faturamento da distribuidora, modernização do parque de medição com a substituição de 48 mil medidores obsoletos e substituição de sistema de comunicação de 75 clientes livres atendidos em de alta tensão, esta última ação permitirá maior confiabilidade e agilidade no faturamento destes clientes livres.

Além disso, com o objetivo de atingir o enquadramento da Cemig D nas perdas regulatórias para os próximos anos, a Companhia possui um amplo plano de combate para o período de 2019 a 2022, sendo que para 2019 estão previstas as seguintes ações:

- execução de 300 mil inspeções em unidades consumidoras;
- implantação de telemetria em 25 mil grandes clientes de baixa tensão;
- substituição de 80 mil medidores obsoletos;
- fiscalização de 100 mil pontos de iluminação pública;
- regularização do fornecimento de energia de 20 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda.

Balanzo energético

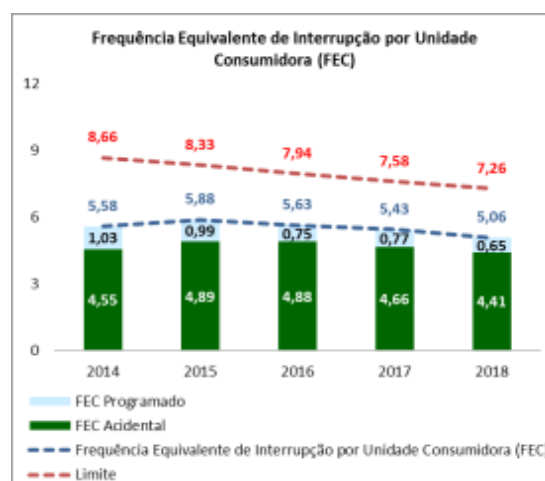
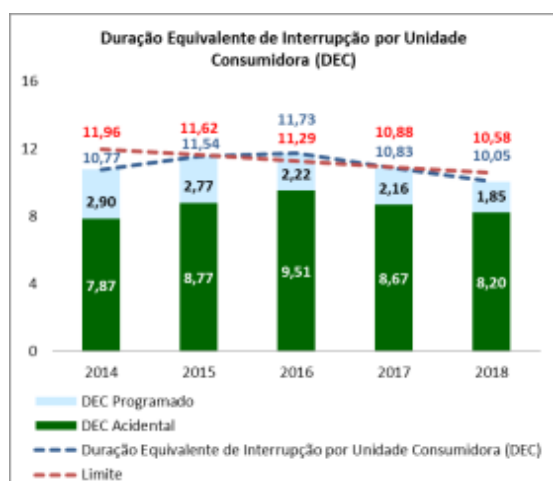
As perdas totais de energia sobre a energia requerida manteve-se estável no exercício de 2018 em comparação a 2017, conforme demonstrado a seguir:

Em MWh	2018	2017	2016	2015	2014
Venda de energia	25.541.016	25.382.187	26.243.269	26.746.134	27.308.009
Fornecimento	25.229.870	25.053.444	25.885.245	26.415.817	26.973.079
Suprimento p/ agentes distribuição	311.146	328.743	358.024	330.317	334.930
Consumidores livres	18.974.453	17.409.500	16.928.493	15.340.672	17.113.546
Mercado atendido	44.515.469	42.791.687	43.171.762	42.086.806	44.421.555
Perdas na rede básica	500.011	508.371	524.805	528.263	465.180
Perdas na distribuição	6.861.882	7.017.378	6.198.632	5.933.209	5.816.560
Perdas técnicas	4.544.665	4.783.554	4.383.053	4.480.759	4.658.483
Perdas não técnicas - PNT	2.317.217	2.233.824	1.815.579	1.452.450	1.158.077
PNT / energia requerida total %	4,46%	4,44%	3,63%	2,99%	2,28%
Perdas totais - PT	7.361.893	7.525.749	6.723.437	6.461.472	6.281.740
PT / energia requerida total %	14,19%	14,95%	13,45%	13,31%	12,39%
Energia requerida total	51.877.362	50.317.436	49.895.199	48.548.278	50.703.295

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Observa-se uma melhoria contínua dos valores destes indicadores nos últimos anos, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2018 foram registrados 9,7 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twiter). O número de contatos registrados em 2018 foi de 12,2 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2018 foram recebidas 2,2 milhões de mensagens.

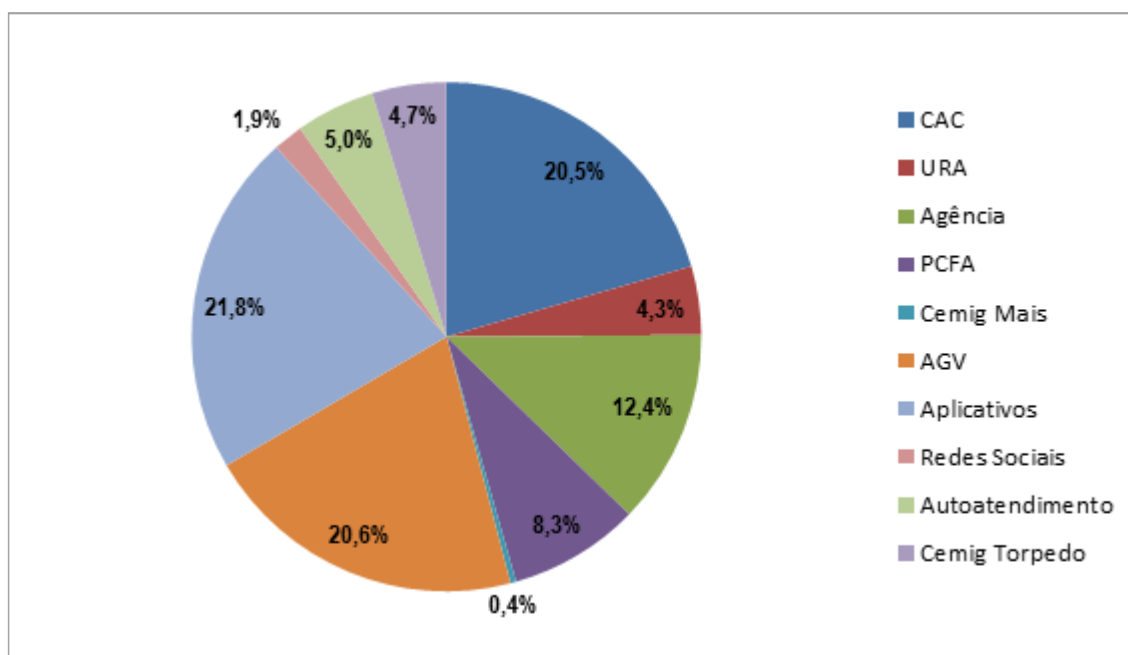
Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo “Cemig Atende” disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, IOS e Windows Phone, que registrou 10 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 2,3 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros.

O site conta ainda com atendimento segmentado, onde foram disponibilizadas áreas exclusivas para atendimento a clientes de Geração Distribuída, grandes clientes atendidos em média tensão, projetistas, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2018 mais de 9,4 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve cerca de 45,8 milhões de atendimentos em 2018, através dos seus diversos canais, o que representa 22,4% de aumento em relação ao realizado em 2017, que foi de 37,4 milhões de atendimentos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais no realizado de 2018:



Desta forma, a Cemig se empenha cada vez mais em melhorar o relacionamento com os clientes, investindo em canais de fácil acesso, com qualidade e rapidez, visando a satisfação dos consumidores, conformidade regulatória e sustentabilidade empresarial.

Satisfação do consumidor

Índice Aneel de Satisfação do Cliente – IASC

Em 2018 foi divulgado o resultado do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras referente ao ano de 2017, sendo a Cemig uma das finalistas. Com a nota de 65,75, a Companhia avançou 2,67% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (63,16) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (63,14).

Com este resultado, a Cemig ocupou o terceiro lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste e subiu 11 posições no ranking IASC Brasil, que reuniu as 68 distribuidoras participantes da pesquisa Aneel 2017.

O período de campo da pesquisa IASC/2018 aconteceu de 23 de setembro até 06 de dezembro, mas o resultado só será conhecido no primeiro semestre de 2019.

Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP

O ano de 2018 marcou a 20ª edição da Pesquisa ABRADÉE, que avalia a satisfação do cliente residencial. Nas últimas duas décadas, o Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida - ISQP da CEMIG cresceu 15%. Com o resultado de 82,4, nesse índice, a Cemig está entre as 10 melhores distribuidoras de energia do Brasil, acima de 500 mil consumidores. É o melhor resultado alcançado pela CEMIG, nos últimos 10 anos da pesquisa.

O gráfico a seguir mostra o histórico de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP, nos últimos 5 anos.



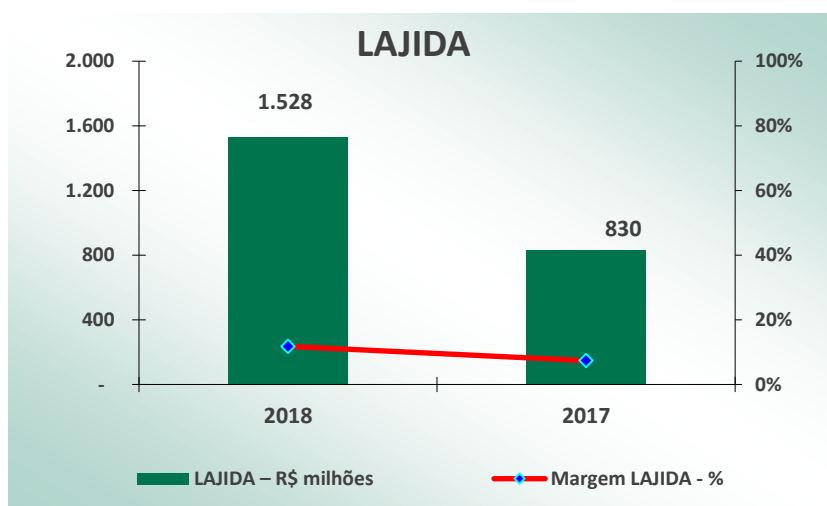
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2018, um lucro de R\$380 milhões em comparação ao prejuízo de R\$182 milhões no exercício de 2017. As principais variações na comparação dos resultados de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir, ressaltando-se o expressivo aumento no Lajida da Companhia:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2018	2017	Var %
Resultado do exercício	380	(182)	-
+ Despesa de IR e contribuição social	137	(64)	-
+ Resultado financeiro líquido	187	418	(55,26)
+ Amortização	824	658	25,23
= LAJIDA	1.528	830	84,10



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo MCSE, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2018 em comparação a 2017 deve-se, principalmente, ao crescimento de 13,43% da receita operacional, compensado parcialmente pelo aumento de 9,58% dos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 7,37% em 2017 para 11,79% em 2018.

Receita operacional

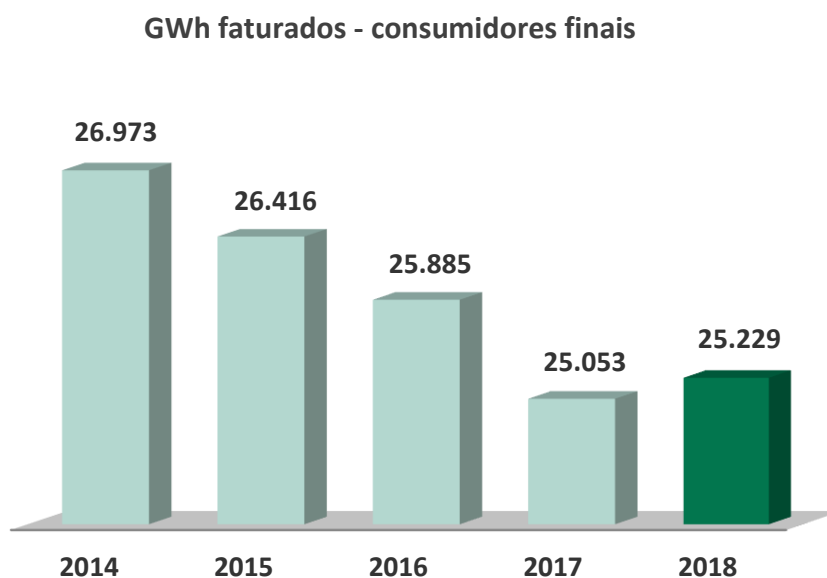
A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	R\$ Mil	
	2018	2017
Fornecimento - faturado	9.923	9.156
Energia elétrica de curto prazo	8	188
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	9.984	8.882
Consumidores cativos	7.917	7.239
Consumidores livres	2.067	1.643
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	2.018	1.036
Fornecimento não faturado	45	48
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	1.973	988
Serviços cobráveis	14	11
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.117	1.025
Outras receitas	84	139
Total	23.148	20.437

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica (compreende a receita de fornecimento faturado e não faturado e receita com consumidores cativos e livres) foi de R\$21.925 milhões em 2018, em comparação a R\$19.074 milhões em 2017, representando um aumento de 14,95%. Os principais impactos na receita em 2018 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$654 milhões em 2018, em comparação a R\$454 milhões em 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2018, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- aumento de 0,70% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	2018	2017	Var %
Residencial	10.266.434	10.008.423	2,58
Industrial	2.588.370	2.610.534	(0,85)
Comércio, serviços e outros	5.190.325	5.252.799	(1,19)
Rural	3.614.059	3.647.812	(0,93)
Poder público	871.325	865.803	0,64
Iluminação pública	1.383.878	1.366.938	1,24
Serviço público	1.315.479	1.301.135	1,10
Total	25.229.870	25.053.444	0,70

(1) Informações sobre MWh não foram auditadas pelos auditores independentes

Destaca-se o crescimento de 2,58% na quantidade de energia vendida para o setor residencial principalmente em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

Em contrapartida verificou-se, ainda, a redução de 1,19% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

Verificou-se, ainda, a redução de 0,85% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e a não retomada do crescimento da atividade o setor industrial aos níveis esperados para o ano.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.067 milhões, comparada a R\$1.643 milhões em 2017, o que representou crescimento de 25,81%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2018, comparado a 2017, decorreu do aumento de aproximadamente 65,60% ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018, parcialmente compensado pela redução de aproximadamente 40% da TUSD consumidores livres, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);

Ativos financeiros setoriais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$1.973 milhões em 2018, em comparação a um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis regulatórias.

Demais receitas operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram redução de 10,27% nos períodos comparados (R\$1.223 milhões em 2018 e R\$1.363 milhões em 2017).

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.226 milhões em 2018 comparados a R\$9.177 milhões em 2017 representando redução de 11,43% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.450 milhões em 2018 comparados a R\$1.750 milhões em 2017. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$654 milhões em 2018 em comparação a R\$454 milhões em 2017, uma variação de 44,05%.

Este resultado decorre, principalmente, do maior acionamento da bandeira vermelha, patamar 2, em 2018, na comparação com o ano anterior, em função da redução do nível dos reservatórios e menor expectativa de chuvas.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos não gerenciáveis – parcela “A”

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$7.238 milhões em 2018 comparados a R\$6.783 milhões em 2017, um crescimento de 6,71%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 16,69% nas despesas com compra de energia de curto prazo: o resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2018 o resultado líquido foi despesa de R\$1.496 milhões comparados a despesa líquida de R\$1.282 milhões em 2017. A variação decorre, principalmente, da redução de 17,87% na quantidade de energia transacionada na CCEE (1.859.448 MWh em 2018 e 2.264.149 MWh em 2017);
- redução de 5,40% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado sendo R\$3.397 milhões no exercício de 2018, comparados a R\$3.591 milhões no exercício de 2017. Em 2017 houve maior acionamento das usinas termelétricas, com o conseqüente aumento do gastos com combustível dessas usinas, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema;
- aumento de 40,16% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$698 milhões em 2018 comparado a R\$498 milhões em 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 52,98% nas tarifas médias de cotas sendo R\$92,51/MWh em 2018 e R\$60,47/MWh em 2017, parcialmente compensado pela redução de 8,41% na quantidade de energia comprada (7.548.736 MWh em 2018 e 8.241.783 MWh em 2017).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.463 milhões em 2018 comparados a R\$1.002 milhões em 2017, representando um crescimento de 46,01%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos gerenciáveis – parcela “B”

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$3.518 milhões em 2018 em comparação com R\$3.302 milhões em 2017, representando um aumento de 6,54%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$334 milhões em 2018 comparados a R\$469 milhões em 2017.

Destaca-se a redução das provisões para contingências trabalhistas que foram de R\$24 milhões em 2018 em comparação a R\$175 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, em função dos eventos abaixo:

- em 2017 houve crescimento das provisões trabalhistas em relação ao ano anterior em função da reavaliação de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória e entendimento jurisprudencial, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária;
- em 2018, a nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, levou à reavaliação de perda de diversas ações onde se discute este tema, com a consequente redução dos valores anteriormente provisionados.

Mais informações na nota explicativa nº 20.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.240 milhões em 2018 comparados a R\$946 milhões em 2017, representando aumento de 31,08%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$17 milhões em 2018 em comparação a R\$158 milhões em 2017;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo;
- redução de 9,37% no número médio de empregados sendo 4.399 em 2018 em comparação a 4.854 em 2017;

- variação ocorrida nos montantes provisionados de benefício pós-emprego: O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma constituição de despesa no montante de R\$224 milhões em 2018 em comparação a uma reversão de despesa no montante de R\$180 milhões em 2017.

O resultado positivo em 2017 foi decorrente de modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$448 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

Mais detalhes na nota explicativa nº 19 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$187 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$418 milhões em 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 69,84% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$19 milhões em 2018 comparados a R\$63 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 6,40% em 2018 e 9,93% em 2017;
- aumento de 36,14% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$339 milhões em 2018 comparado a R\$249 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito com clientes, com reconhecimento de juros e atualização monetária;
- aumento de 25% das despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos, sendo R\$90 milhões em 2018 comparados a R\$72 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da variação de 27,12% do IPCA (3,75% em 2018 e 2,95% em 2017);
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$62 milhões em 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos em 2018 na comparação com o ano anterior;
- redução de 26,16% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$381 milhões em 2018 comparados a R\$516 milhões em 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, que foi de 6,40% em 2018 em comparação a 9,93% em 2017.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, em 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$137 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$516 milhões.

Em 2017, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$64 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$246 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$451 milhões, em comparação a R\$521 milhões em 31 de dezembro de 2017, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido consumido pelas atividades operacionais em 2018 totalizou R\$739 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$116 milhões em 2017.

Atribui-se o resultado líquido de caixa operacional apurado em 2018, principalmente, ao aumento na saída de caixa para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2018 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia.

Ressalta-se que essa saída de caixa referente à CVA é ressarcida no reajuste tarifário subsequente.

Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2018 e 2017 totalizou, respectivamente, R\$902 milhões e R\$944 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2018, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, da aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários em 2018 na comparação com resgate de recursos em 2017.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R\$1.571 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.100 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC e R\$941 milhões a título de empréstimos captados, parcialmente compensados pela amortização de R\$456 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$924 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.500 milhões a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R\$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

Política de captação de recursos e gestão da dívida

No ano de 2018, a Cemig, ainda buscando equilibrar seu fluxo de caixa, começou a perceber os reflexos positivos das iniciativas tomadas em 2017 para melhor distribuir a dívida no longo prazo. A empresa se manteve no firme propósito de alongá-la e, dando continuidade ao reperfilamento da dívida implementado no ano anterior, voltou ao mercado em 2018 em condições condizentes com sua melhor qualidade de crédito e de liquidez.

Em um cenário de custos elevados relacionados ao pagamento das compras de energia na CCEE e também com pagamentos da contribuição CDE em função da necessidade de cobertura de déficits nos fundos regulatórios, a Cemig D realizou, em maio de 2018, sua 9ª emissão de notas promissórias, no valor de R\$400 milhões e com pagamento ao final de 18 meses, cujos recursos foram destinados para a recomposição do caixa em função de pagamento de dívida realizado em fevereiro e reforço do seu capital de giro.

Em dezembro de 2018, a Cemig D, necessitando recompor seu caixa, que vinha sendo impactado acima do previsto, principalmente, em função dos gastos adicionais na aquisição de energia no segundo semestre/2018, decorrente de cenário hidrológico adverso, de forma a assegurar o pagamento dos compromissos vincendos, concluiu sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$550 milhões e com prazo de 18 meses, sendo 6 meses de carência. Vale destacar que o custo da emissão, menor que o custo do reperfilamento da dívida ocorrido em 2017, foi resultado da percepção de menor risco da empresa por parte da indústria financeira.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que, ao longo de 2018, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações do risco de crédito da Cemig D, refletindo expressiva evolução dos ratings, ao reconhecerem o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão de passivos mais prudente.

A tabela a seguir evidencia a evolução das notas de crédito da Cemig D, de dezembro de 2017 para dezembro de 2018:

Fitch		Grau de Investimento										Grau Especulativo										
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	
	dez - 17																					
	dez - 18																					

Moody's		Grau de Investimento										Grau Especulativo										
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
	dez - 17																					
	dez - 18																					

S&P		Grau de Investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
	dez - 17																						
	dez - 18																						

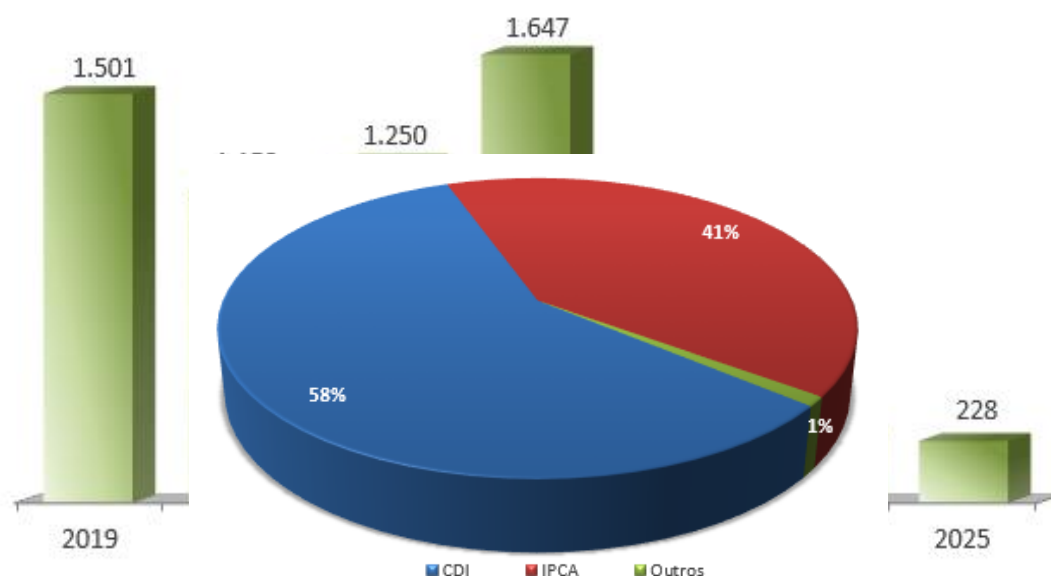
Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 17 das demonstrações contábeis regulatórias.

Tantos as debêntures quanto as operações bilaterais de empréstimo contam com *covenants* financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da empresa e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da holding e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

O endividamento da Cemig D, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$6.263 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 17 das demonstrações contábeis regulatórias.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2018 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao CDI. O custo médio da dívida da Cemig D é de 5,08% a.a. a preços constantes e de 8,94% a.a. em custo nominal.

INVESTIMENTOS

A Cemig D tem previstos investimentos de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD, no período de 2018 a 2022, no montante de R\$4.498 milhões, valores na moeda de 30 de junho de 2017, objetivando a execução de obras em alta, média e baixa tensão no sistema elétrico para a expansão e reforço, operação e manutenção, reforma, atendimento a clientes troca de medição, meio ambiente, segurança de terceiros e telecomunicações.

Projeto de efetividade do Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Em 2018 foi criado o Projeto de Efetividade do Plano de Desenvolvimento da Cemig D. Este projeto tem como objetivo estabelecer critérios e padrões de procedimentos alinhados com a visão regulatória e estratégica, implantar melhorias nos processos e desenvolver ferramentas de suporte à tomada e decisão, de modo a promover os resultados e aumentar a efetividade do plano de desenvolvimento da Cemig Distribuição, tendo como ganho esperado a ordem de R\$270 milhões.

Expansão do Sistema Elétrico – Subestações e Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, em 2018, foram investidos R\$123 milhões no sistema elétrico de distribuição da Cemig D de alta tensão.

No mesmo período, foram construídas e/ou ampliadas 10 subestações e construídos 26 km de linhas de distribuição.

Expansão do sistema elétrico – redes (média e baixa tensão)

A Cemig D realiza os atendimentos às solicitações dos clientes de média e baixa tensão compreendidos nos 774 municípios de sua área de concessão através dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD. Este plano é dividido em macroprojetos, que estão relacionados aos diversos segmentos de obras para atendimento às demandas do PDD.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2018 foram realizados aproximadamente R\$114,2 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 379 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 218.237 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado através do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 19.000 unidades consumidoras por meio da extensão de 5.324 km de rede de média e baixa tensão em 2018, perfazendo um total de R\$231,7 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão R\$87,4 milhões pela Cemig e R\$159,5 milhões pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2018. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 7.563 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feito pelos macroprojetos de reforço de redes e reforma de redes, sendo que no ano de 2018 houve intervenções em 495 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$59,3 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros nas redes de distribuição. No último ano foram regularizadas 1.295 instalações, com um investimento de R\$8,8 milhões.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2018				
	2016 Realizado	2017 Realizado	2018 Realizado	2019 Projetado	2020 Projetado	2021 Projetado	2022 Projetado	2023 Projetado
AIS Bruto	919.426	2.205.860	848.916	1.099.287	1.179.769	1.465.658	1.175.732	889.685
Transformador de Distribuição	174.592	378.522	240.116	97.686	67.487	67.487	67.487	67.487
Medidor	59.370	93.020	64.191	143.907	115.093	120.646	147.874	145.336
Redes Baixa Tensão (<2,3kV)	387.178	1.111.648	498.906	649.027	439.766	384.147	326.775	366.416
Redes Média Tensão (2,3kV a 44kV)	1.398	1.848	25	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69kV)	28.005	19.762	4.821	-	11.633	8.822	-	5.908
Redes Alta Tensão (88kV a 138kV)	87.358	203.220	16.031	50.374	235.012	324.814	290.492	91.790
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	2.422	56	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	863	4.527	16	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69kV)	16.097	39.386	604	6.744	3.859	-	7.133	5.600
Subestações Alta Tensão (primário 88kV a 138kV)	115.024	284.561	16.622	128.300	289.532	547.373	325.447	204.898
Subestações Alta Tensão (primário >=a 230kV)	443	11	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	49.098	66.933	7.526	23.249	17.388	12.369	10.524	2.250
Obrigações Especiais do AIS Bruto	14.807	(455.837)	(2.502.260)	93.137	90.252	92.150	94.253	97.679
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	14.807	(316.543)	(2.498.781)	93.137	90.252	92.150	94.253	97.679
Otros	-	(139.294)	(3.479)	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	(139.294)	(3.479)	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	(42.051)	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	(97.243)	-	-	-	-	-	-
Otros	-	-	(3.479)	-	-	-	-	-

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03 de maio de 2019, aprovou a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2018, no montante de R\$535 milhões, deduzidos do saldo devedor da rubrica de lucros acumulados no valor de R\$99 milhões em função de ajuste referente à adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 48:

- R\$27 milhões para a constituição de reserva legal;
- R\$100 milhões para pagamento de juros sobre o capital próprio;
- R\$182 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$9 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$118 milhões serão retidos no patrimônio líquido para utilização basicamente no programa de investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 9 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2018, foram realizadas 31 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

O Comitê de Auditoria, criado em junho de 2018, é o órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 3 membros, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído por 5 membros, eleitos para mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2018 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Atualmente, o auditor independente da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria de nossas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2018. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2018	% em relação à auditoria	2017	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de demonstrações financeiras	1.220		868	
Serviços Adicionais:				
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	307	25%	45	5,18
Total	1.527		913	

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cemig D mantém um Plano Anual de Auditoria Interna que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação dos processos e o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos. A definição de quais processos e empresas serão auditados no ano é feita com base no risco que representam para os negócios e para as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Os processos de risco alto são priorizados, sendo auditados com maior frequência em detrimento dos processos de menor risco.

A gestão de riscos corporativos é um processo integrante das práticas de Governança Corporativa da Cemig D, que tem como atividade relevante o mapeamento de eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia, os chamados Top Risks. A modelagem e a análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco visam otimizar os investimentos no controle das atividades, reduzir os custos e perdas, melhorar a performance e, conseqüentemente, favorecer o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Em 2018, o mapeamento dos Top Risks foi orientado por temas priorizados pelo CMRC e validados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, abrangendo os negócios Holding, Distribuição, Geração, Transmissão e Comercialização e registrados em sistema de gestão de riscos corporativos (SAP RM). O reporte dos Top Risks para a Diretoria Executiva e para o Conselho de Administração, bem como as recomendações de tratamento do CMRC para cada caso, são feitos conforme fluxo aprovado pelo Comitê.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições” e da Lei Federal 13.488, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após a concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a CEMIG. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas “3D”: 1) **D**igitalização, 2) **D**escarbonização e 3) **D**escentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências regulatórias.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, em 2018, o Programa Cemig Tech e o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Programa de pesquisa & desenvolvimento

Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 40,5 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2018, foram executados mais de 42 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 28,6 milhões de reais.

Destacam-se os projetos:

- Arranjos técnicos e comerciais para a inserção de sistemas de armazenamento de energia em combinação com sistemas de geração distribuída nas redes de distribuição brasileiras;
- Análise de arranjo técnico e comercial baseado em uma planta piloto de sistema distribuído de armazenamento de energia em alimentador crítico da rede de distribuição de 13,8 kV;
- Desenvolvimento e aplicação de metodologia de Governança de Dados e construção de arquitetura integrada p/ formação e gestão da base de dados regulatórios de uma concessionária de distribuição de energia;
- Veredas Sol e Lares - desenvolvimento econômico e social no semiárido mineiro a partir da mobilização capacitação e participação das populações para o emprego da geração híbrida fotovoltaica distribuída na revitalização de empreendimentos hídricos.

Programa de eficiência energética

Desde a década de 80, a Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

A partir de 2015 houve expressivo acréscimo no número de projetos desenvolvidos dentro do programa de eficiência energética da Cemig D, chegando a 76 iniciativas em execução no final do ano de 2018. Compõem este portfólio projetos advindos das chamadas públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Cemig.

Em 2018 o programa investiu valores da ordem de R\$150 milhões e, em função de alteração da resolução ANEEL, possui o grande desafio de investir igual valor ao longo do ano de 2019.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social, inovação e geração de oportunidades para o negócio Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, escolas, comunidades de baixa renda e iluminação pública.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig possui a política de comunicação com a comunidade e o plano de comunicação da empresa que juntos integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Companhia no relacionamento com as comunidades, direcionando o diagnóstico socioambiental, elaborado para cada projeto ou programa.

Em todas as interações da empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2018 são:

Programa de apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Os padrinhos que se inscrevem no Programa podem escolher quais instituições cadastradas beneficiar e o valor a ser debitado na conta de luz. Em 2018, 416 instituições receberam aproximadamente R\$64 milhões em doações. Assim, a Cemig, utilizando as faturas de energia, estabelece parceria com a sociedade - clientes que se tornam padrinhos das instituições - para beneficiar a comunidade, conseqüentemente, melhorando sua imagem como uma empresa comprometida com o desenvolvimento das comunidades locais. As instituições, por outro lado, recebem as doações de maneira segura, utilizando a infraestrutura e a capilaridade da Cemig, sem o custo de emissão, pagamento e recebimento de faturas e/ou boletos.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2018/2019 do Al6% envolveu a participação de 1.255 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$748 mil, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 162 instituições.

A Cemig D também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela empresa foi de R\$662 mil. No total, foram destinados R\$1,41 milhão para entidades distribuídas em 89 municípios da área de atuação da Companhia.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2018 foi de R\$47 milhões, com uma economia de energia de 1.288.015 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 409.818 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R\$15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 244 foram concluídos e 22 encontram-se em execução. Foram investidos R\$8,2 milhões em 2018.

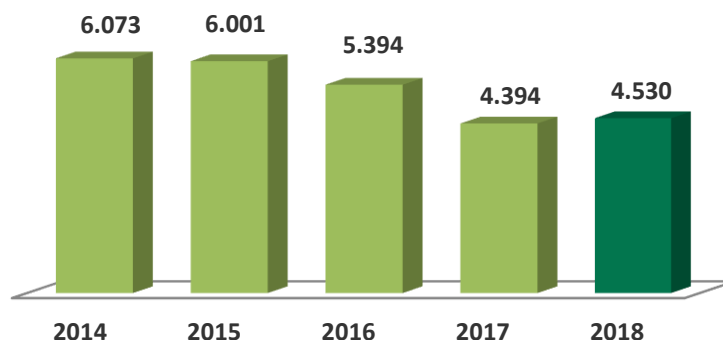
Recursos humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

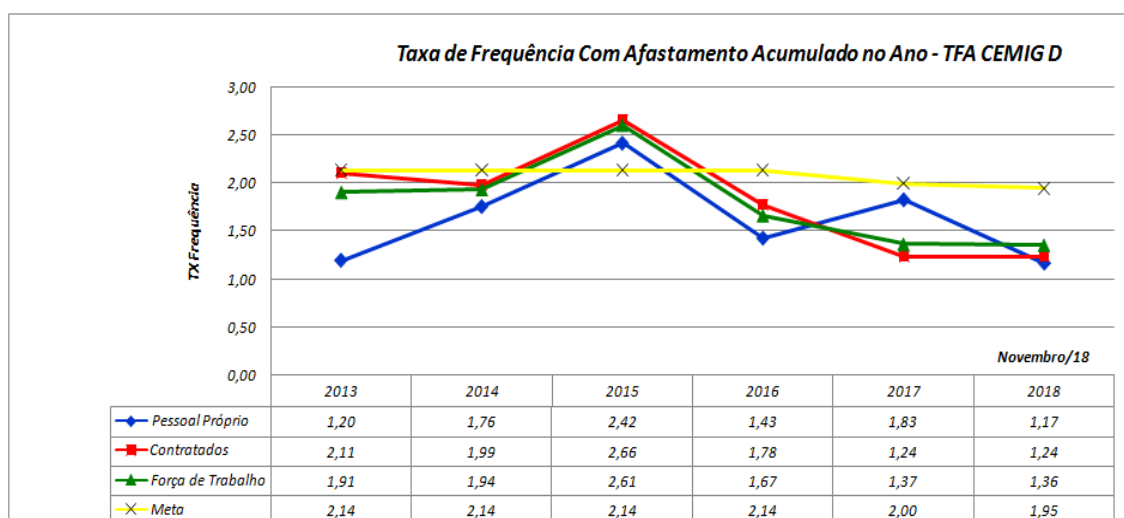
Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Na busca de maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.073 empregados em 2014 para 4.530 em 2018, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Quantidade de empregados



Saúde, higiene e segurança do trabalho

O indicador medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem decaindo continuamente nos últimos anos, atingindo os menores índices historicamente já registrados na Cemig D. O encerramento de 2017 foi de 1,37 acidentados com afastamento por milhão de homens-horas trabalhados. Em dezembro de 2018 a apuração registrada foi de 1,48.



Outro resultado relevante e motivador para muita comemoração é que em 2018 não registramos nenhuma fatalidade com a força de trabalho da Cemig D, fato que não ocorria há 23 anos.

UniverCemig

A UniverCemig é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

O ano de 2018 foi marcado na Cemig pela admissão de 316 (240 na Cemig D) novos empregados selecionados via Concursos Públicos 02/2017 e 03/2017 e também pela diretriz que permitiu que os serviços executados em linha viva em média tensão pudessem ser realizados por empreiteiras.

Destaca-se que nesse contexto, a UniverCemig iniciou a capacitação profissional de 121 eletricitistas de linhas e redes aéreas, 11 eletricitistas de montagem elétrica de linhas, 9 eletricitistas de linhas de transmissão, 102 técnicos, 6 engenheiros e capacitou ainda aproximadamente 65 pessoas de empreiteiras que executarão serviços em linha viva.

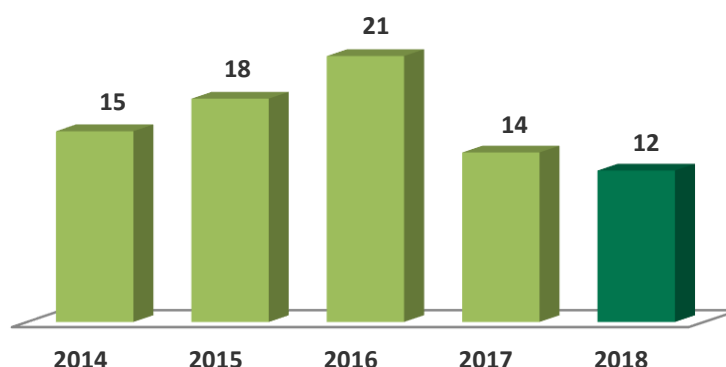
Essas capacitações contribuíram de forma expressiva para o aumento do número de participações em treinamentos técnicos e consequentemente do indicador homem-hora de treinamentos, tendo sido viabilizados em 2018, 7.233 (5.131 da Cemig D) participações em treinamentos técnicos para empregados próprios e 3.039 participações para empregados de outras empresas. No total, foram 325.564 homem-hora treinados, sendo 230.454 (167.036 da Cemig D) relativos aos empregados próprios e 95.110 relativos a outras empresas.

Para os cursos online, foram investidos R\$156 mil para, aproximadamente, 4.509 colaboradores da Cemig D, incluindo os diretores, conselheiros fiscais, de administração, contratados e estagiários.

Meio Ambiente

Em 2018, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$12,16 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais.

Recursos Aplicados em Meio Ambiente (R\$ milhões)



Licenciamento ambiental

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig visa a garantir que sua expansão e operação ocorram em observância aos critérios ambientais e de sustentabilidade, em consonância com a Política Ambiental da Companhia.

Para o licenciamento ambiental dos empreendimentos instalados antes de 2007, a Cemig Distribuição fez um agrupamento por região, dividindo o sistema em sete malhas regionais: Centro, Leste, Oeste, Norte, Sul, Mantiqueira e Triângulo. Com a entrada em vigor da DN 217/17, que excluiu o código de subestação dos empreendimentos passíveis de licenciamento e alterou o conceito de linha de transmissão, os empreendimentos da Cemig Distribuição passaram a ser não passíveis de licenciamento, portanto, todos estão regulares em relação à legislação ambiental.

Gestão de resíduos

Em 2018 foram encaminhadas, para destinação final, 64,9 mil toneladas de resíduos industriais: 98,6% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 1,2% regenerados, reutilizados ou descontaminados; e 0,2% coprocessados, incinerados, enviados para tratamento (efluentes e lodos) ou dispostos em aterro industrial.

Os resíduos alienados são constituídos, principalmente, por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira. A receita obtida com a venda desses resíduos alcançou R\$ 44,6 milhões em 2018.

Em relação a 2017, verifica-se um crescimento de 63,89% na destinação de resíduos, sendo postes, transformadores de distribuição, cabos e fios os itens que mais contribuíram para esta variação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Luiz Simões Utsch

Cledorvino Belini

Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira

José Reinaldo Magalhaes

Romeu Donizete Rufino

Marcelo Gasparino da Silva

José João Abdalla Filho

Renata Bezerra Cavalcanti

Cornélio Antônio Pereira

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS

Gustavo de Oliveira Barbosa

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Elizabeth Jucá e Mello Jacomet

Rodrigo de Mesquita Pereira

Cláudio Morais Machado

MEMBROS SUPLENTE

Germano Luiz Gomes Vieira

Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva

Victor Lobato Garizo Becho

Ronaldo Dias

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

COMITÊ DE AUDITORIA

NOMES

Pedro Carlos de Mello

Márcio de Lima Leite

Roberto Tommasetti

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Cledorvino Belini	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Cemig Comercialização
Daniel Faria Costa	Diretor Cemigpar
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor Cemig Distribuição
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques	Diretor sem denominação específica
Luciano de Araújo Ferraz	Diretor de Regulação e Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	451.304	520.887
Consumidores	8	2.876.096	2.506.832
Concessionárias e permissionárias	8	195.122	304.393
Serviços em curso		373.860	428.927
Tributos compensáveis	9a	53.841	106.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9b	165.061	174.694
Almoxarifado operacional		26.826	29.164
Investimentos temporários	7	408.924	302.384
Ativos financeiros setoriais	13	2.689.722	1.760.750
Despesas pagas antecipadamente		1.973	1.931
Outros ativos circulantes		469.861	394.126
TOTAL DO CIRCULANTE		7.712.590	6.530.096
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens Destinados à Alienação		5.055	3.037
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores	8	132.364	172.080
Concessionárias e permissionárias	8	75.161	71.676
Tributos compensáveis	9a	181.663	181.556
Depósitos judiciais e cauções	12	1.707.668	1.650.412
Tributos diferidos	10	1.348.837	1.544.193
Investimentos temporários	7	56.199	8.293
Ativos financeiros setoriais	13	1.040.730	951.816
Bens e direitos para uso futuro		94	99
Serviços em curso		209.130	187.213
Outros ativos não circulantes		34.506	32.266
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		5.541	5.547
Imobilizado	14	15.778.920	13.073.468
Intangível	14	394.682	379.610
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.965.495	18.258.229
ATIVO TOTAL		28.683.140	24.791.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	1.199.055	1.655.382
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.500.615	593.787
Obrigações sociais e trabalhistas		244.333	137.650
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio a pagar	22	267.435	-
Benefício pós-emprego	19	181.862	166.525
Tributos	16	297.725	523.914
Encargos setoriais	18	881.302	787.083
Passivos financeiros setoriais	13	2.042.848	2.017.025
Outros passivos circulantes		510.661	542.026
TOTAL DO CIRCULANTE		7.125.836	6.423.392
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	4.762.793	5.088.904
Benefício pós-emprego	19	3.220.182	2.655.628
Tributos	16	24.923	23.146
Provisão para litígios	20	439.889	480.977
Encargos setoriais	18	190.148	347.916
Passivos financeiros setoriais	13	606.911	741.331
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	1.123.680	1.087.230
Outros passivos não circulantes		13.108	20.886
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	21	6.561.337	5.035.138
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.942.971	15.481.156
TOTAL DO PASSIVO		24.068.807	21.904.548
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	2.771.998	2.771.998
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.001.942)	(1.360.972)
Reservas de lucros		244.277	-
Prejuízos acumulados		-	(24.212)
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	1.500.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.614.333	2.886.814
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.683.140	24.791.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 (Reclassificado)
RECEITA	23	23.147.712	20.297.425
Fornecimento de energia elétrica		9.968.113	9.203.746
Energia elétrica de curto prazo		7.586	187.762
Disponibilização do sistema de distribuição		9.983.732	8.882.146
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.973.064	988.259
Serviços cobráveis		13.915	10.526
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.117.210	1.024.986
Outras receitas		84.092	-
TRIBUTOS	23	(6.975.435)	(6.846.532)
ICMS		(4.821.866)	(4.951.109)
PIS-PASEP		(383.994)	(338.011)
COFINS		(1.768.648)	(1.556.897)
ISS		(927)	(515)
ENCARGOS – PARCELA “A”	23	(3.250.355)	(2.330.949)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(64.310)	(55.646)
Programa de eficiência energética – PEE		(64.309)	(55.647)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(2.450.044)	(1.749.551)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(17.222)	(16.330)
Encargos do consumidor bandeiras tarifárias		(654.470)	(453.775)
RECEITA LÍQUIDA		12.921.922	11.119.944
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	24	(8.700.995)	(7.785.440)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.237.526)	(6.782.988)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.463.469)	(1.002.452)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		4.220.927	3.334.504
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.517.668)	(3.163.116)
Pessoal e administradores	25a	(1.239.892)	(946.094)
Materiais		(57.526)	(43.267)
Serviços de terceiros	25b	(880.318)	(784.654)
Arrendamentos e aluguéis		(71.530)	(67.925)
Seguros		(1.825)	(2.473)
Doações, contribuições e subvenções		(13.092)	(10.439)
Provisões	25c	(334.428)	(468.857)
Perdas na alienação de bens e direitos		(85.856)	(134.325)
(-) Recuperação de despesas		41.052	37.881
Tributos		(6.305)	(4.160)
Depreciação e amortização		(824.241)	(657.694)
Gastos diversos		(221.782)	(239.164)
Outras receitas operacionais		178.075	158.055
RESULTADO DA ATIVIDADE		703.259	171.388
Resultado financeiro	26	(186.898)	(417.748)
Receitas financeiras		603.506	556.359
Despesas financeiras		(790.404)	(974.107)
Resultado antes dos impostos		516.361	(246.360)
Tributos sobre o Lucro	11	(136.753)	64.145
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		379.608	(182.215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	379.608	(182.215)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(527.744)	(220.067)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	179.433	74.823
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	1.331.299	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	(452.642)	-
	530.346	(145.244)
Resultado abrangente do exercício	909.954	(327.459)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Outros resultados abarregentes		Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva de reavaliação	Ganhos e perdas atuariais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	(356.901)	(781.941)	81.117	-	1.714.273
Aumento de capital	410.000	(410.000)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 22)	-	1.500.000	-	-	-	-	1.500.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(182.215)	(182.215)
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(145.244)	-	-	(145.244)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(145.244)	-	(182.215)	(327.459)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(81.683)	81.683	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	566	(566)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(76.886)	-	-	76.886	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	(433.787)	(927.185)	-	(24.212)	2.886.814
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 22)	-	1.100.000	-	-	-	-	1.100.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	379.608	379.608
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	-	878.657	-	-	-	878.657
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(348.311)	-	-	(348.311)
Resultado abrangente do exercício	-	-	878.657	(348.311)	-	379.608	909.954
Reserva legal	-	-	-	-	26.744	(26.744)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	9.237	(9.237)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,0424/ação)	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos estatutários (R\$0,0773/ação)	-	-	-	-	-	(182.435)	(182.435)
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(171.316)	-	-	171.316	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	208.296	(208.296)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	273.554	(1.275.496)	244.277	-	4.614.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		379.608	(182.215)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Benefício pós-emprego	19	273.383	(132.216)
Depreciação e amortização		824.241	657.694
Plano de regularização de créditos tributários - PRCT		-	282.876
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25c	334.428	468.857
Baixas (reversões) líquidas de intangível e imobilizado		32.325	11.322
Juros e variações monetárias		489.736	580.607
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		12.606	38.172
Ativos e passivos setoriais, líquidos	23	(1.973.064)	(988.260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(77.853)	(62.456)
		295.410	674.381
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores		(423.056)	(434.648)
Concessionárias e permissionárias		(73.656)	(149.092)
Subvenção baixa renda		(3.572)	9.601
Ativos financeiros setoriais, líquidos		908.604	585.527
Tributos compensáveis		52.060	(11.408)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(12.411)	(23.920)
Depósitos judiciais e cauções		(53.479)	(42.513)
Reembolso subsídios tarifários		(9.125)	(9.594)
Outros		(57.614)	221.835
		327.751	145.788
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(485.365)	606.019
Tributos		(4.328)	(164.509)
Obrigações sociais e trabalhistas		58.577	(15.453)
Encargos setoriais		(48.854)	(109.619)
Benefício pós-emprego	19	(221.236)	(203.184)
Outros		(56.959)	(184.994)
		(758.165)	(71.740)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		(135.004)	748.429
Juros pagos	17	(406.841)	(632.740)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(196.956)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(738.801)	115.689
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado e intangível		(734.549)	(976.154)
Investimentos temporários		(167.461)	31.770
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(902.010)	(944.384)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	17	950.000	-
Custo de transação	17	(8.265)	(10.971)
Pagamentos de Empréstimos	17	(455.507)	(565.521)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(15.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	1.100.000	1.500.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.571.228	923.508
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	520.887	426.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	451.304	520.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.409.044 consumidores em 31 de dezembro de 2018 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, sendo mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no Estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 33 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

Em 05 de novembro de 2019, os representantes da Administração da Companhia autorizaram a emissão das demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Nota 8 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 14 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 19 – Benefícios pós-emprego;
- Nota 20 – Provisões para litígios;
- Nota 23 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 - Mensuração de instrumentos financeiros;
- Nota 28 - Mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros”, procedeu determinadas reclassificações nos saldos comparativos das demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujas demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 10 de dezembro de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do ativo, do passivo, do patrimônio líquido, do prejuízo do exercício e das demonstrações de resultados abrangentes e de fluxos de caixa.

As reclassificações realizadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontram-se apresentadas a seguir:

DRE	Nota	31/12/2017 Originalmente apresentado	Reclassificação	31/12/2017 Reclassificado
RECEITA	(a)	20.436.543	(139.118)	20.297.425
TRIBUTOS		(6.846.532)	-	(6.846.532)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(2.330.949)	-	(2.330.949)
RECEITA LÍQUIDA		11.259.062	(139.118)	11.119.944
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(7.785.440)	-	(7.785.440)
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	(a)	(3.302.234)	139.118	(3.163.116)
RESULTADO DA ATIVIDADE		171.388	-	171.388
Resultado financeiro		(417.748)	-	(417.748)
Resultado antes dos impostos		(246.360)	-	(246.360)
Tributos sobre o Lucro		64.145	-	64.145
Resultado do exercício		(182.215)	-	(182.215)

(a) Reclassificação para apresentação das receitas auferidas com arrendamentos e alugueis e prestação de serviços como redutoras dos Custos Gerenciáveis – Parcela “B”, conforme técnicas de funcionamento 7.2.184 e 7.2.185 do MCSE.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.7 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores da reavaliação regulatória compulsória, ocorrida em maio de 2018, em função da 4ª revisão tarifária periódica. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com o IFRIC 12/ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada a construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2018, com base em Laudo de Reavaliação preparado pela empresa avaliadora em conjunto com a Companhia e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de maio de 2018.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração e nas normas estabelecidas pelo MCSE, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia, Companhia em consonância com as normas do MCSE, são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

4. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da SELIC) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da SELIC) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da SELIC;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Contas bancárias	92.756	101.865
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	226.030	355.854
Overnight	132.518	63.168
	358.548	419.022
	451.304	520.887

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 40% a 104% em 2018 (60% a 104,5% em 2017), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 2018 (6,89% a.a. em 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2018	2017
Certificados de depósitos bancários	196	874
Letras financeiras – Bancos	308.370	84.555
Letras financeiras do Tesouro	147.372	206.246
Debêntures	8.704	18.522
Fundos vinculados	155	86
Outros	326	394
	465.123	310.677
Ativo Circulante	408.924	302.384
Ativo Não Circulante	56.199	8.293

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 2018 (100,25% a 105,25% em 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 111,25% do CDI (102,01% a 112,00% do CDI em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151,00% do CDI em 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	Valores correntes							Valores renegociados					Total 2018	Total 2017
	Corrente a vencer		Corrente vencida				PDD	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	1.809.177	16.978	678.470	141.520	83.592	300.414	(361.432)	4.770	784	30.056	424.172	(120.041)	3.008.460	2.678.912
Residencial	602.494	13.426	418.323	75.264	5.762	54.969	(110.216)	3.353	687	14.601	120.436	-	1.199.099	1.029.556
Industrial	63.912	45	38.736	4.508	12.639	117.399	(114.715)	105	2	3.789	29.653	(9.997)	146.076	131.794
Comercial	258.441	978	102.866	15.513	8.591	87.838	(100.789)	721	26	3.742	105.673	(20.791)	462.809	420.924
Rural	124.226	2.375	76.385	19.629	17.258	15.113	(14.404)	400	69	2.190	29.485	-	272.726	221.409
Poderes públicos	43.876	40	37.622	25.481	37.702	15.243	(11.700)	40	-	412	110.013	(87.610)	171.119	184.753
Iluminação pública	8.031	6	1.350	243	74	1.359	(2.196)	17	-	376	4.469	(140)	13.589	14.523
Serviço público	55.861	1	6.295	566	1.454	8.432	(7.412)	134	-	4.946	24.443	(1.503)	93.217	74.382
Serviço taxado	1.323	107	1.472	316	112	61	-	-	-	-	-	-	3.391	2.262
Fornecimento não faturado	651.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	651.013	606.202
Arrecadação em processo de classificação	-	-	(4.579)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.579)	(6.893)
Suprimento energia - moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.442
Encargos de uso da rede elétrica	4.439	75.161	8.712	208	406	81.082	(67.730)	-	-	3.452	5.100	-	110.830	99.708
Suprimento \ encargo rede não faturado	159.453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159.453	96.919
Total	1.973.069	92.139	687.182	141.728	83.998	381.496	(429.162)	4.770	784	33.508	429.272	(120.041)	3.278.743	3.054.981

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689
Constituições líquidas	228.428
Baixas	(341.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538
Constituições líquidas	272.950
Baixas	(213.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	549.203

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

a) Tributos compensáveis

	2018	2017
Circulante		
ICMS a recuperar	34.724	38.504
COFINS	15.154	52.935
PIS-PASEP	3.659	11.495
Outros	304	3.074
	53.841	106.008
Não Circulante		
ICMS a recuperar	181.663	178.637
COFINS	-	2.483
PIS-PASEP	-	436
	181.663	181.556
	235.504	287.564

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	2018	2017
Circulante		
Imposto de renda	106.970	114.383
Contribuição social	58.091	60.311
	165.061	174.694

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2018	2017
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal/Base negativa	253.692	353.697
Obrigações Pós-Emprego	996.506	782.461
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	206.943	186.528
Provisão para redução a valor recuperável	16.478	2.188
Provisões para contingências	149.562	163.532
Participação no lucros e resultados - PLR	17.434	1.065
Provisões Operacionais	17.198	-
Taxa de Administração	6.000	6.375
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	-	223.467
Outros	1.716	741
	1.665.529	1.720.054
Passivos Fiscais Diferidos		
Encargos financeiros capitalizados	(167.454)	(165.582)
Custo de captação	(8.803)	(10.279)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	(140.435)	-
	(316.692)	(175.861)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.348.837	1.544.193

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.406.914
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	62.456
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	74.823
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.544.193
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	77.853
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	(273.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.348.837

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 29 de março de 2019, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade societária futura, tendo sido aprovado um ativo diferido societário no montante de R\$1.334.421. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 29 de março de 2019.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido regulatório, existente em 31 de dezembro de 2018, conforme abaixo:

	2018
2019	275.018
2020	254.390
2021	231.108
2022	235.192
2023	183.252
2024 a 2026	291.941
2027 a 2028	194.628
	1.665.529

11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2018	2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	516.361	(246.360)
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(175.563)	83.762
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
JCP declarado	34.000	-
Incentivos fiscais	18.714	-
Contribuições e doações indedutíveis	(3.133)	(3.513)
Créditos fiscais não reconhecidos	-	(2.251)
Multas indedutíveis	(11.355)	(13.140)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(2.030)
Outros	584	1.317
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício Fiscal	(136.753)	64.145
Alíquota efetiva	26,48%	26,04%
Corrente	(214.606)	1.689
Diferido	77.853	62.456

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Os depósitos vinculados a litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2018	2017
Trabalhista	262.715	236.069
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.796	10.393
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.148.604	1.110.376
IR/INSS indenização do anuênio (2)	196.885	191.553
Outros	35.590	37.233
	<u>1.391.875</u>	<u>1.349.555</u>
Outros		
Regulatório	19.599	27.346
Cível	5.704	10.279
Relações de consumo	4.192	3.934
Bloqueio judicial	5.647	8.290
Outros	17.936	14.939
	<u>53.078</u>	<u>64.788</u>
	<u>1.707.668</u>	<u>1.650.412</u>

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 16.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisão para litígios (indenização do anuênio)

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais:

Ativos financeiros setoriais – R\$ Mil	Saldos em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da CCRBT (*)	Saldos em 31/12/2018	Valores em amortização	Valores Constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	2.525.677	3.422.552	(1.951.059)	182.059	(793.822)	3.385.407	1.100.175	2.285.232	2.452.270	933.137
Aquisição de energia (CVAenergia)	2.281.439	2.792.117	(1.742.325)	158.629	(793.822)	2.696.038	991.188	1.704.850	1.999.890	696.148
Custo da energia de Itaipu	206.581	351.021	(154.911)	16.340	-	419.031	79.397	339.634	280.347	138.684
Proinfa	1.513	10.995	(4.623)	332	-	8.217	3.063	5.154	6.113	2.104
Transporte rede básica	32.506	32.865	(43.798)	2.688	-	24.261	24.261	-	24.261	-
Transporte de energia Itaipu	3.638	19.108	(5.402)	502	-	17.846	2.266	15.580	11.484	6.362
CDE	-	216.446	-	3.568	-	220.014	-	220.014	130.175	89.839
Demais ativos financeiros setoriais	186.889	302.150	(168.628)	24.634	-	345.045	84.283	260.762	237.452	107.593
Quota parte de energia nuclear	65.892	71.800	(55.919)	4.810	-	86.583	28.013	58.570	62.667	23.916
Neutralidade da parcela A	99.907	56.075	(88.732)	2.531	-	69.781	54.208	15.573	63.422	6.359
Sobrecontratação de energia	8.358	167.209	(8.358)	16.493	-	183.702	-	183.702	108.690	75.012
Outros	12.732	7.066	(15.619)	800	-	4.979	2.062	2.917	2.673	2.306
Total ativos financeiros setoriais	2.712.566	3.724.702	(2.119.687)	206.693	(793.822)	3.730.452	1.184.458	2.545.994	2.689.722	1.040.730

Passivos financeiros setoriais – R\$ Mil	Saldos em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da conta ACR e da CCRBT (*)	Saldos em 31/12/2018	Valores em amortização	Valores constituição	Circulante	Não circulante
CVA passiva	(2.193.505)	(987.903)	1.621.980	(111.171)	-	(1.670.599)	(676.413)	(994.186)	(1.264.638)	(405.961)
Aquisição de energia (CVAenergia)	(1.313.613)	(788.306)	1.041.289	(71.956)	-	(1.132.586)	(431.449)	(701.137)	(846.288)	(286.298)
Custo da energia de Itaipu	(4.578)	-	4.578	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(5.148)	6.204	(956)	(57)	-	43	43	-	43	-
Transporte rede básica	-	(6.423)	-	848	-	(5.575)	-	(5.575)	(3.298)	(2.277)
ESS	(626.518)	(285.015)	415.021	(37.143)	-	(533.655)	(246.181)	(287.474)	(416.269)	(117.386)
CDE	(243.648)	85.637	162.048	(2.863)	-	1.174	1.174	-	1.174	-
Demais passivos financeiros setoriais	(564.851)	(1.213.119)	832.309	(33.499)	-	(979.160)	(464.094)	(515.066)	(778.210)	(200.950)
Quota parte de energia nuclear	(74)	-	74	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(56.412)	(19.967)	45.102	(379)	-	(31.656)	(1.201)	(30.455)	(19.220)	(12.436)
Sobrecontratação de energia	(211.338)	(463.191)	285.678	(11.827)	-	(400.678)	(204.056)	(196.622)	(320.391)	(80.287)
Devoluções tarifárias	(172.470)	36.446	43.663	(1.997)	-	(94.358)	(20.812)	(73.546)	(73.695)	(20.663)
Outros	(124.557)	(766.407)	457.792	(19.296)	-	(452.468)	(238.025)	(214.443)	(364.904)	(87.564)
Total passivos financeiros setoriais	(2.758.356)	(2.201.022)	2.454.289	(144.670)	-	(2.649.759)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.042.848)	(606.911)
Total dos ativos e passivos financeiros Setoriais (líquido)	(45.790)	1.523.680	334.602	62.023	(793.822)	1.080.693	43.951	1.036.742	646.874	433.819

(*) Conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT: recursos destinados à cobertura tarifária vigente das variações dos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo. Os repasses da conta bandeira foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$793.822 (R\$585.527 em 2017) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Cemig Distribuição, sendo observada a metodologia descrita no Submódulo 2.3 do PRORET. A Nota Técnica nº122/2018-SGT/Aneel, de 18/05/2018, apresentou os resultados da RTP, tendo sido apurada base de remuneração regulatória – BRR bruta no montante R\$38.093 milhões na data base de 30/11/2017.

Os efeitos da reavaliação da BRR bruta, no montante total de R\$ 9.372.553, foram registrados em 2018, com base no Laudo de Reavaliação preparado pela empresa avaliadora em conjunto com a Companhia e homologado pela ANEEL e 28 de maio de 2018, já considerando as movimentações ocorridas entre a data base da reavaliação e a data do seu registro, tendo sido reconhecido R\$ 9.178.491 no ativo imobilizado e R\$ 194.062 no intangível.

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,85	38.658.952	(23.832.839)	14.826.113	12.216.255
Custo histórico		18.883.649	(7.731.510)	11.152.139	11.026.554
Reavaliação		19.775.303	(16.101.329)	3.673.974	1.189.701
Administração	11,60	828.254	(697.790)	130.464	100.032
Custo histórico		398.679	(294.182)	104.497	97.930
Reavaliação		429.575	(403.608)	25.967	2.102
TOTAL		39.487.206	(24.530.629)	14.956.577	12.316.287
Em curso					
Distribuição		701.129	-	701.129	724.766
Administração		121.214	-	121.214	32.415
TOTAL		822.343	-	822.343	757.181
TOTAL AIS + AIC		40.309.549	(24.530.629)	15.778.920	13.073.468

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (1)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada (1)	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações especiais brutas 31/12/2018	Amortização acumulada 31/12/2018	Obrigações especiais líquidas 31/12/2018
Distribuição	29.103.949	-	(158.836)	804.467	8.909.372	38.658.952	645.631	(23.832.839)	14.826.113	12.216.255	(9.613.941)	3.411.575	(6.202.366)
Terrenos	42.932	-	(1)	1.474	3.998	48.403	1.473	-	48.403	42.932	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	707.058	-	(420)	(2.972)	168.847	872.513	(3.392)	(483.695)	388.818	370.777	-	-	-
Máquinas e equipamentos	28.310.060	-	(158.329)	806.150	8.720.120	37.678.002	647.822	(23.291.529)	14.386.473	11.800.642	(9.613.941)	3.411.575	(6.202.366)
Veículos	19.762	-	-	157	7.028	26.946	156	(26.779)	167	30	-	-	-
Móveis e utensílios	24.137	-	(86)	(342)	9.379	33.088	(428)	(30.836)	2.252	1.874	-	-	-
Administração	528.871	-	(2.545)	32.809	269.119	828.254	30.264	(697.790)	130.464	100.032	(1.577)	1.089	(488)
Terrenos	2.337	-	-	-	1.863	4.200	-	-	4.200	2.337	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.482	-	(3)	-	100.916	135.395	(3)	(122.686)	12.709	11.217	-	-	-
Máquinas e equipamentos	382.666	-	(2.101)	12.261	128.880	521.706	10.160	(448.689)	73.017	63.594	(1.577)	1.089	(488)
Veículos	52.088	-	-	20.206	12.050	84.344	20.206	(55.789)	28.555	12.693	-	-	-
Móveis e utensílios	57.298	-	(441)	342	25.410	82.609	(99)	(70.626)	11.983	10.191	-	-	-
Subtotal	29.632.820	-	(161.381)	837.276	9.178.491	39.487.206	675.895	(24.530.629)	14.956.577	12.316.287	(9.615.518)	3.412.664	(6.202.854)

(1) As transferências estão apresentadas pelo valor bruto das respectivas depreciações, que foram apresentadas, de forma acumulada, em coluna específica.

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B) (2)	Transferências (C) (1)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações especiais brutas 31/12/2018	Amortização acumulada 31/12/2018	Obrigações especiais líquidas 31/12/2018
Distribuição	724.766	852.230	(45.513)	(830.354)	-	701.129	(23.637)	-	701.129	724.766	(358.480)	-	(358.480)
Máquinas e equipamentos	415.937	834.028	(3.203)	(806.150)	-	440.612	24.675	-	440.612	415.937	(358.480)	-	(358.480)
Outros	308.829	18.202	(42.310)	(24.204)	-	260.517	(48.312)	-	260.517	308.829	-	-	-
Administração	32.415	106.749	(2.493)	(15.457)	-	121.214	88.799	-	121.214	32.415	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	19.282	101.791	(11)	(10.790)	-	110.272	90.990	-	110.272	19.282	(3)	-	(3)
Outros	13.133	4.958	(2.482)	(4.667)	-	10.942	(2.191)	-	10.942	13.133	-	-	-
Subtotal	757.181	958.979	(48.006)	(845.811)	-	822.343	65.162	-	822.343	757.181	(358.483)	-	(358.483)
Total do Ativo Imobilizado	30.390.001	958.979	(209.387)	(8.535)	9.178.491	40.309.549	741.057	(24.530.629)	15.778.920	13.073.468	(9.974.001)	3.412.664	(6.561.337)

(1) O saldo refere-se aos valores referentes às transferências de bens destinados à alienação.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso a longa data no montante de R\$42.029.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)
AIS Bruto	28.310.060	-	(158.329)	806.151	8.720.120	37.678.002	647.822
Transformador de Distribuição	3.091.668	-	(33.633)	1.745.830	1.303.658	6.107.523	1.712.197
Medidor	1.067.881	-	(29.602)	264.259	352.369	1.654.907	234.657
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	16.170.740	-	(24.833)	(1.247.078)	4.718.792	19.617.621	(1.271.911)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	46.976	-	(2.751)	480	13.265	57.970	(2.271)
Redes Alta Tensão (69 kV)	434.488	-	(3.084)	(25.865)	122.367	527.906	(28.949)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	2.471.330	-	(16.286)	47.649	719.716	3.222.409	31.363
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	60.949	-	-	(4.044)	14.734	71.639	(4.044)
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	337.582	-	(1.622)	113.360	12.268	461.588	111.738
Subestações Média Tensão (primário de 69kV)	545.177	-	(5.821)	(27.356)	198.405	710.405	(33.177)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	3.300.807	-	(27.641)	75.739	999.149	4.348.054	48.098
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	45.861	-	-	18	(15.875)	30.004	18
Demais Máquinas e Equipamentos	736.601	-	(13.056)	(136.841)	281.272	867.976	(149.897)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(7.111.681)	(8.227)	-	(159.189)	(2.334.844)	(9.613.941)	(167.416)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(6.964.577)	(8.227)	-	(159.189)	(2.331.365)	(9.463.358)	(167.416)
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	-	(97.243)	-
Outros	(7.810)	-	-	-	(3.479)	(11.289)	-
TOTAL	21.198.379	(8.227)	(158.329)	646.962	6.385.276	28.064.061	480.406

As adições ao imobilizado são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	-	308	-	158	2.304	2.770
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.571	8.189	1.378	690	7	13.835
Máquinas e Equipamentos	371.248	449.068	84.297	21.862	9.344	935.819
Veículos	528	-	-	176	-	704
Móveis e Utensílios	125	-	-	1	-	126
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	118	790	15	-	-	923
Depósitos Judiciais	5	10	-	(8)	4.795	4.802
Total das adições	375.595	458.365	85.690	22.879	16.450	958.979

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2018			31/12/2017
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20	145.243	(6.747)	138.496	117.663
Custo histórico		126.287	(5.059)	121.228	109.090
Reavaliação		18.956	(1.688)	17.268	8.573
Administração	20	905.860	(760.078)	145.782	152.509
Custo histórico		610.885	(467.660)	143.225	152.509
Reavaliação		294.975	(292.418)	2.557	-
TOTAL		1.051.103	(766.825)	284.278	270.172
Em curso					
Distribuição		64.087	-	64.087	57.344
Administração		46.317	-	46.317	52.094
TOTAL		110.404	-	110.404	109.438
TOTAL AIS + AIC		1.161.507	(766.825)	394.682	379.610

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Distribuição	122.418	-	-	12.638	10.187	145.243	12.638	(6.747)	138.496	117.663
Servidões	116.005	-	-	12.638	9.219	137.862	12.638	(5.682)	132.180	115.801
Softwares	6.413	-	-	-	968	7.381	-	(1.065)	6.316	1.862
Administração	685.981	-	(13)	36.017	183.875	905.860	36.004	(760.078)	145.782	152.509
Softwares	685.970	-	(13)	36.017	183.871	905.845	36.004	(760.074)	145.771	152.506
Outros	11	-	-	-	4	15	-	(4)	11	3
Subtotal	808.399	-	(13)	48.655	194.062	1.051.103	48.642	(766.825)	284.278	270.172
Ativo intangível em curso										
Distribuição	57.344	19.389	(8)	(12.638)	-	64.087	6.743	-	64.087	57.344
Servidões	13.918	17.093	(7)	(12.638)	-	18.366	4.448	-	18.366	13.918
Softwares	1.218	-	(14)	(16)	-	1.188	(30)	-	1.188	1.218
Outros	42.208	2.296	13	16	-	44.533	2.325	-	44.533	42.208
Administração	52.094	30.297	(57)	(36.017)	-	46.317	(5.777)	-	46.317	52.094
Softwares	51.794	30.267	(57)	(36.017)	-	45.987	(5.807)	-	45.987	51.794
Outros	300	30	-	-	-	330	30	-	330	300
Subtotal	109.438	49.686	(65)	(48.655)	-	110.404	966	-	110.404	109.438
Total do ativo intangível	917.837	49.686	(78)	-	194.062	1.161.507	49.608	(766.825)	394.682	379.610

15. FORNECEDORES

	2018	2017
Energia de curto prazo - CCEE	114.896	451.239
Encargos de uso da rede elétrica (1)	121.571	129.525
Energia elétrica comprada para revenda	430.687	498.408
Itaipu binacional	268.004	240.220
Materiais e serviços	263.897	335.990
	1.199.055	1.655.382

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

16. TRIBUTOS

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS (i)	142.739	406.181
COFINS	102.900	74.403
PIS-PASEP	22.233	16.005
INSS	15.154	13.152
ISSQN	5.225	4.930
Outros	9.474	9.243
	297.725	523.914
Não circulante		
COFINS (ii)	21.439	19.910
PIS-PASEP (ii)	3.484	3.236
	24.923	23.146
	322.648	547.060
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (ii)	1.123.680	1.087.230
	1.123.680	1.087.230

(i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (ii) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de dezembro de 2018 esse passivo é de R\$1.123.680 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.148.604 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$24.924 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia relativa a Ação judicial individual movida pela mesma, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a recolhimentos realizados a maior em até 5 anos anteriores a data do início da ação ocorrida em 15 de julho de 2008. A Administração está em processo de levantamento dos créditos considerando a documentação suporte existente para todo o período em questão, cujos efeitos serão registrados em suas demonstrações contábeis regulatórias do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019.

A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e da realização financeira dos créditos que estão sendo apurados, do desfecho das discussões em curso junto aos assessores jurídicos da Companhia sobre o período em que a mesma seria obrigada a realizar o repasse dos valores em questão aos consumidores, assim como de eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL.

Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.874	-	24.062	25.936				
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos	1.874	-	24.062	25.936	Set/02	Recebíveis	USD	6,00%
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	140.265	1.358.476	4.738.731	6.237.472				
Serra da Fortaleza	714	606	1.470	2.790	Jul/95	Sem Garantia	IGP-DI	6,00%
CMM	1.069	-	1.126	2.195	Jun/00	Sem Garantia	IGP-DI	6,00%
Eletrobrás IRD	17	696	1.161	1.874	Out/91	Recebíveis	UFIR	8,00%
Eletrobrás	-	1.311	4.916	6.227	Jul/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	2.315	1.929	4.244	Dez/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	2.625	2.187	4.812	Dez/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	4.215	3.513	7.728	Dez/11	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	874	3.277	4.151	Jan/12	Recebíveis	RGR	6,00%
Eletrobrás	-	873	3.273	4.146	Mar/12	Recebíveis	RGR	6,00%
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão	40.434	-	915.288	955.722	Mar/13	Aval e Fiança	IPCA	5,10%
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão	62.465	506.205	1.027.749	1.596.419	Mar/13	Aval e Fiança	IPCA	4,70%
Banco do Brasil S.A.	2.531	33.750	466.250	502.531	Dez/17	Recebíveis	CDI	146,50%
Caixa Econômica Federal	1.130	42.221	583.281	626.632	Dez/17	Recebíveis	CDI	146,50%
Debêntures Série Única 5ª Emissão	5.120	106.313	1.468.688	1.580.121	Dez/17	Recebíveis	CDI	146,50%
Nota Promissória 9ª Emissão	25.571	400.000	-	425.571	Mai/18	Ações	CDI	151,00%
Debêntures Série Única 6ª Emissão	1.214	275.220	274.780	551.214	Dez/18	Recebíveis	CDI	1,75%
(-) Custos de Transação	-	(5.733)	(20.157)	(25.890)				
(-) FIC Pampulha - Títulos emitidos pela própria Companhia	-	(13.015)	-	(13.015)				
Dívidas com Fundo de Pensão	-	181.862	3.220.182	3.402.044				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	92.616	1.953.323	2.045.939	-	-	-	-
Forluz - Reserva Contratada	-	75.018	397.331	472.349	Mar/06	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Equacionamento (déficit 2015)	-	10.572	191.157	201.729	Mai/17	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Equacionamento (déficit 2016)	-	3.656	68.077	71.733	Mar/18	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Previdência Privada	-	-	610.294	610.294	-	-	-	-

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencto Final	Freq.de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
							2020	2021	2022	2023	2024+	Total
Financ./Emprést. Moeda Estrangeira							-	-	-	-	24.062	24.062
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos	11/03/19	Semestral	15/04/24	15/04/24	Única	Bullet	-	-	-	-	24.062	24.062
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							1.153.286	1.249.542	1.647.100	231.345	457.458	4.738.731
Banco do Brasil S.A.	10/01/19	Mensal	10/07/19	10/06/22	Mensal	Variável	67.500	135.000	263.750	-	-	466.250
Eletrobrás	30/01/19	Mensal	30/01/19	30/10/20	Mensal	SAC	1.929	-	-	-	-	1.929
Eletrobrás	30/01/19	Mensal	30/01/19	30/10/20	Mensal	SAC	2.187	-	-	-	-	2.187
Eletrobrás	30/01/19	Mensal	30/01/19	30/10/20	Mensal	SAC	3.513	-	-	-	-	3.513
Eletrobrás	30/01/19	Mensal	30/01/19	30/09/23	Mensal	SAC	1.311	1.311	1.311	983	-	4.916
Eletrobrás	30/01/19	Mensal	30/01/19	30/09/23	Mensal	SAC	874	874	874	655	-	3.277
Eletrobrás	30/01/19	Mensal	30/01/19	30/09/23	Mensal	SAC	870	874	874	655	-	3.273
Eletrobrás IRD	15/02/19	Trimestral	15/02/19	15/05/23	Trimestral	SAC	521	348	206	86	-	1.161
Serra da Fortaleza	18/12/19	Semestral	18/12/19	18/02/21	Semestral	SAC	1.211	259	-	-	-	1.470
CMM	30/06/21	Semestral	30/06/21	30/06/24	Semestral	SAC	-	336	316	316	158	1.126
Caixa Econômica Federal	22/01/19	Mensal	22/07/19	22/06/22	Mensal	Variável	84.443	168.886	329.952	-	-	583.281
Nota Promissória 9ª Emissão	24/10/19	Única	24/10/19	24/10/19	Única	Única	-	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão	15/02/19	Anual	15/02/22	15/02/25	Anual	SAC	-	-	228.822	228.822	457.644	915.288
Debêntures Série Única 5ª Emissão	15/01/19	Mensal	15/07/19	15/06/22	Mensal	Variável	212.625	425.250	830.813	-	-	1.468.688
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão	15/02/19	Anual	15/02/19	16/02/21	Anual	SAC	506.205	521.544	-	-	-	1.027.749
Debêntures Série Única 6ª Emissão	03/01/19	Mensal	03/07/19	03/06/20	Mensal	SAC	274.780	-	-	-	-	274.780
(-) Custos de Transação							(4.683)	(5.140)	(9.818)	(172)	(344)	(20.157)
Dívidas com Fundo de Pensão							94.600	100.277	106.293	112.672	2.806.340	3.220.182
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.953.323	1.953.323
Forluz - Reserva Contratada	31/01/19	Mensal	31/01/19	30/06/24	Mensal	Price	79.519	84.290	89.348	94.709	49.465	397.331
Forluz - Equacionamento (déficit 2015)	13/01/19	Mensal	13/01/19	13/06/31	Mensal	Price	11.206	11.879	12.591	13.347	142.134	191.157
Forluz - Equacionamento (déficit 2016)	12/01/19	Mensal	12/01/19	12/12/31	Mensal	Price	3.875	4.108	4.354	4.616	51.124	68.077
Forluz - Previdência Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	610.294	610.294

Companhia está adimplente com seus contratos de dívida.

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

31/12/2018	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Ativos Financeiros							
Caixa e Aplicações Financeiras							
Saldo final de caixa - conta 111							
Contas bancárias	-	92.756	-	92.756	Sim		
Aplicações caixa e equivalentes	-	358.548	-	358.548	Sim	CDI	40% a 104% do CDI
Aplicações financeiras							
CDB	-	-	196	196			80% do CDI
Letras Financeiras - LFs	818	251.549	56.003	308.370	Sim	CDI	102,0% a 111,25% do CDI
Letras Financeiras Tesouro - LFTs	478	146.894	-	147.372	Sim	Selic	6,39% a.a
Debêntures	70	8.634	-	8.704	Sim	CDI	104,25% a 151% do CDI
Outros	1	480	-	481	Sim	CDI	100% do CDI
TOTAL	1.367	858.861	56.199	916.427			

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida bruta					
Financ. / emprést. moeda estrangeira	1.874	-	24.062	25.936	22.933
Financ. / emprést. moeda nacional	140.265	1.358.476	4.738.731	6.237.472	5.659.758
Fundo de pensão	-	181.862	3.220.182	3.402.044	2.822.153
	142.139	1.540.338	7.982.975	9.665.452	8.504.844
Ativos financeiros					
Alta liquidez	-	(451.304)	-	(451.304)	(521.761)
Demais aplicações financeiras	(1.367)	(407.557)	(56.199)	(465.123)	(309.717)
	(1.367)	(858.861)	(56.199)	(916.427)	(831.478)
Dívida líquida	140.772	681.477	7.926.776	8.749.025	7.673.366

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	1.874	-	-	-	-	24.062	-	25.936
Total por Moedas	1.874	-	-	-	-	24.062	-	25.936
Indexadores								
IPCA (1)	609.104	506.205	521.544	228.822	228.822	228.822	228.822	2.552.141
UFIR/RGR (2)	12.926	11.205	3.407	3.265	2.379	-	-	33.182
CDI (3)	880.055	639.348	729.136	1.424.515	-	-	-	3.673.054
IGP-DI (4)	2.389	1.211	595	316	316	158	-	4.985
Total por Indexadores	1.504.474	1.157.969	1.254.682	1.656.918	231.517	228.980	228.822	6.263.362
(-) Custos de Transação	(5.733)	(4.683)	(5.140)	(9.818)	(172)	(172)	(172)	(25.890)
Total Geral	1.500.615	1.153.286	1.249.542	1.647.100	231.345	252.870	228.650	6.263.408

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2018 (%)	Variação acumulada em 2017 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2018 (%)	Variação acumulada em 2017 (%)
Dólar Norte-Americano	17,13	1,50	IPCA	3,75	2,95
			CDI	6,40	9,93

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251
Custos de transação	(10.971)
Variação monetária	71.568
Variação cambial	(173)
Encargos financeiros provisionados	584.105
Amortização do custo de transação	38.172
Encargos financeiros pagos	(632.740)
Amortização de empréstimos	(565.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691
Empréstimos obtidos	950.000
Custos de transação	(8.265)
Empréstimos obtidos líquidos	941.735
Variação monetária	89.891
Variação cambial	2.584
Encargos financeiros provisionados	409.264
Amortização do custo de transação	12.606
Encargos financeiros pagos	(406.841)
Amortização de empréstimos	(455.507)
Subtotal	6.276.423
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(13.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2018	2017
Encargos de empréstimos e financiamentos, incluindo a amortização de custos de transação	409.264	584.105
Encargos financeiros capitalizados (1)	(28.458)	(68.528)
Efeito líquido no resultado	380.806	515.577

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,45% a.a. em 2018 (14,28% a.a. em 2017).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.550.853
Recebíveis	3.295.422
Ações	410.274
Sem garantia	6.859
TOTAL	6.263.408

Captações de recursos no exercício

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (1)	maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
Debêntures				
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (2)	dezembro de 2018	2020	CDI + 1,75%	550.000
(-) Custos de transação				(4.125)
Total de captações				941.735

- (1) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019.
- (2) Em dezembro de 2018, ocorreu a 6ª Emissão de Debêntures, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de CDI + 1,75% que será amortizada mensalmente em 12 parcelas mensais a partir de 03 de julho de 2019.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, 5ª e 6ª emissões de debêntures e 9ª emissão de nota promissória	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		7,5 em 31/12/2017	4,5 em 31/12/2017	
		7,5 em 30/06/2018	4,5 em 30/06/2018	
		4,5 em 31/12/2018	4,25 em 31/12/2018	
		3,8 em 30/06/2019	4,25 em 30/06/2019	
		3,8 em 31/12/2019	3,5 em 31/12/2019	
		3,3 em 30/06/2020	3,5 em 30/06/2020	
		3,3 em 31/12/2020	3,0 em 31/12/2020	
		3,3 em 30/06/2021	3,0 em 30/06/2021	
		3,3 em 31/12/2021 em diante	2,5 em 31/12/2021 em diante	
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Semestral e anual

Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta Nota Explicativa.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

18. ENCARGOS SETORIAIS

	2018	2017
Passivo		
Eficiência energética	608.161	632.081
Pesquisa e desenvolvimento	322.386	291.607
Conta de desenvolvimento energético – CDE	83.871	154.383
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.994	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.477	1.371
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	1.071.450	1.134.999
Passivo circulante	881.302	787.083
Passivo não circulante	190.148	347.916

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base 31 de dezembro de 2018.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$472.349 em 31 de dezembro de 2018 (R\$522.001 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de dezembro de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$273.462 (R\$205.244 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 28 de março de 2019, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R\$129.199, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2018	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor presente das obrigações	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Valor justo dos ativos do plano	(5.551.636)	-	-	-	(5.551.636)
Passivo líquido inicial	1.264.272	1.695.721	33.979	316.299	3.310.271
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	91.773	-	-	-	91.773
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor presente das obrigações	6.515.886	1.299.243	27.405	196.536	8.039.070
Valor justo dos ativos do plano	(5.256.817)	-	-	-	(5.256.817)
Passivo líquido inicial	1.259.069	1.299.243	27.405	196.536	2.782.253
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	39.900	-	-	-	39.900
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016	6.064.569	1.258.299	27.435	587.630	7.937.933
Custo do serviço corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros sobre a obrigação atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	120.309	-	-	14	120.323
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	256.026	47.475	1.216	39.455	344.172
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(18.061)	(65.453)	(2.558)	(40.837)	(126.909)
	358.274	(17.978)	(1.342)	(1.368)	337.586
Alterações no plano - serviço passado	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Benefícios pagos	(519.575)	(80.238)	(1.727)	(5.705)	(607.245)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017	6.515.886	1.299.243	27.405	196.536	8.039.070
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(874)	-	-	-	(874)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.205	293.986	5.877	20.038	607.106
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(39.066)	55.393	(266)	86.690	102.751
	247.265	349.379	5.611	106.728	708.983
Benefícios pagos	(542.050)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(634.665)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907

Em 2017, a Companhia realizou modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R\$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	5.037.131
Retorno real dos investimentos	623.747
Contribuições do empregador	115.514
Benefícios pagos	(519.575)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	5.256.817
Retorno real dos investimentos	708.248
Contribuições do empregador	128.621
Benefícios pagos	(542.050)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	5.551.636

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2018 e 2017 são como segue:

2018	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Rendimento sobre os ativos do plano	(475.136)	-	-	-	(475.136)
Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial	119.671	131.373	2.714	19.625	273.383

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do serviço corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros sobre a obrigação atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Rendimento sobre os ativos do plano	(503.012)	-	-	-	(503.012)
Custo do serviço passado	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Despesa (recuperação de despesa) total em 2017 conforme cálculo atuarial	109.606	139.160	3.039	(384.021)	(132.216)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
Despesa reconhecida no resultado	109.606	139.160	3.039	63.944	315.749
Contribuições pagas	(115.514)	(80.238)	(1.727)	(5.705)	(203.184)
Alterações no plano - serviço passado (ganho)	-	-	-	(447.965)	(447.965)
Perdas (ganhos) atuariais	240.755	(17.978)	(1.342)	(1.368)	220.067
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
Despesa reconhecida no resultado	119.671	131.373	2.714	19.625	273.383
Contribuições pagas	(128.621)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(221.236)
Perdas (ganhos) atuariais	66.026	349.379	5.611	106.728	527.744
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
				31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante				181.862	166.525
Passivo não circulante				3.220.182	2.655.628

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$224.041 (R\$268.376 em 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$49.342 (R\$47.373 em 2017).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2019 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.822	12.783
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.020	28.432	775.077
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(470.561)	-	-	-	(470.561)
Estimativa de despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	122.713	161.079	3.253	30.254	317.299

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2019 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	526.967	90.986	1.822	11.957	631.732

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2019 no montante de R\$133.555 para amortização de déficit do Plano A e de R\$54.742 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,59	11,31	12,72	12,67	16,50

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2018	2017
Ações	7,11%	6,60%
Títulos de renda fixa	71,92%	73,97%
Imóveis	4,69%	8,17%
Outros	16,28%	11,26%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2018	2017
Debêntures não conversíveis emitidas pela patrocinadora	187.451	178.442
Imóveis da Fundação ocupados pela patrocinadora	431.380	461.970
	618.831	640.412

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2018			2017		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,01%	4,01%	4,01%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,26%	Não aplicável	5,26%	6,08%	Não aplicável	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20% Álvaro Vindas D30%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20% Álvaro Vindas D30%	AT-2000 M S10% D20% Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	-	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	141.504	31.801	624	(11.033)	162.896
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(143.741)	(32.340)	(633)	11.671	(165.043)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	725.674	239.465	4.777	58.567	1.028.483

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

20. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2017	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	384.247	41.570	(17.710)	(41.156)	366.951
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	16.532	(425)	(15.770)	17.945
Outras ações cíveis	41.896	6.698	(13.812)	(6.698)	28.084
	59.504	23.230	(14.237)	(22.468)	46.029
Tributárias	5.000	411	(2.889)	(411)	2.111
Ambientais	2	1.207	-	-	1.209
Regulatórias	23.647	4.073	(10.393)	(337)	16.990
Outras	8.577	1.588	(2.015)	(1.551)	6.599
Total	480.977	72.079	(47.244)	(65.923)	439.889

	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	266.119	175.457	(183)	(57.146)	384.247
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	21.497	(1.293)	(15.903)	17.608
Outras ações cíveis	36.842	9.517	-	(4.463)	41.896
	50.149	31.014	(1.293)	(20.366)	59.504
Tributárias	3.674	2.534	-	(1.208)	5.000
Ambientais	-	2	-	-	2
Regulatórias	21.435	12.078	(9.566)	(300)	23.647
Outras	6.137	7.280	-	(4.840)	8.577
Total	347.514	228.365	(11.042)	(83.860)	480.977

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões e aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.495.681 (R\$1.612.569 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$366.951 (R\$384.247 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$51.806 (R\$39.431 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$17.945 (R\$17.608 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$219.513 (R\$181.805 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$28.084 (R\$41.896 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$41.326 (R\$34.646 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$2.111 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$207.586 (R\$151.977 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$16.990 (R\$23.647 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$110.856 (R\$109.717 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$7.808 (R\$8.579 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$196.885 (R\$191.553 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$217.451 (R\$222.862 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$839.261 (R\$788.038 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$35.913 (R\$79.597 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$227.080 (R\$200.496 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$33.220 (R\$30.163 em 31 de dezembro de 2017).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$302.890 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$291.262 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$90.288 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos, motivo da redução no valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas, que é de R\$80.731 (R\$190.202 em 31 de dezembro de 2017). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

21. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2018
Em serviço	4,17	(4.019.749)	(5.595.769)	(9.615.518)
Participação da União, Estados e Municípios		(401.052)	(574.529)	(975.581)
Participação Financeira do Consumidor		(3.083.307)	(4.419.917)	(7.503.224)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(3.961)	(6.016)	(9.977)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(78.301)	(118.913)	(197.214)
Pesquisa e Desenvolvimento		(4.028)	(3.995)	(8.023)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		(306.080)	(464.836)	(770.916)
Outros		(143.020)	(7.563)	(150.583)
(-) Amortização Acumulada - AIS	4,17	1.123.616	2.289.048	3.412.664
Participação da União, Estados e Municípios		60.289	307.562	367.851
Participação Financeira do Consumidor		875.316	1.625.733	2.501.049
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		1.787	3.255	5.042
Programa de Eficiência Energética - PEE		35.213	64.224	99.437
Pesquisa e Desenvolvimento		2.057	2.157	4.214
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		141.186	282.980	424.166
Outros		7.768	3.137	10.905
Em curso		(358.483)	-	(358.483)
Participação da União, Estados e Municípios		(64.868)	-	(64.868)
Participação Financeira do Consumidor		(135.103)	-	(135.103)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(483)	-	(483)
Valores Pendentes de Recebimento		(140.775)	-	(140.775)
Total		(3.254.616)	(3.306.721)	(6.561.337)

	Saldo Inicial em 31/12/2017	Adição	Transferências	Reavaliação	Saldo Final em 31/12/2018
Em serviço	(7.111.874)	(8.227)	(160.524)	(2.334.893)	(9.615.518)
Participação da União, Estados e Municípios	(882.216)	(305)	(20.384)	(72.676)	(975.581)
Participação financeira do consumidor	(5.173.286)	(7.922)	(138.743)	(2.183.273)	(7.503.224)
Doações e subvenções destinadas a invest. serviço concedido	(8.295)	-	-	(1.682)	(9.977)
Programa de eficiência energética - PEE	(164.123)	-	-	(33.091)	(197.214)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.514)	-	(1.397)	(1.112)	(8.023)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(731.336)	-	-	(39.580)	(770.916)
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	(42.051)
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	(97.243)
Outros	(7.810)	-	-	(3.479)	(11.289)
(-) Amortização Acumulada - AIS	2.358.312	371.818	-	682.534	3.412.664
Participação da união, estados e municípios	258.418	34.556	-	74.877	367.851
Participação financeira do consumidor	1.713.472	291.813	-	495.764	2.501.049
Doações e subvenções destinadas a invest.serviço concedido	3.602	394	-	1.046	5.042
Programa de eficiência energética – PEE	71.035	7.776	-	20.626	99.437
Pesquisa e desenvolvimento	2.387	1.135	-	692	4.214
universalização do serviço público de energia elétrica	305.089	30.529	-	88.548	424.166
Outros	4.309	5.615	-	981	10.905
Em curso	(281.576)	(237.431)	160.524	-	(358.483)
Participação da união, estados e municípios	(61.259)	(23.993)	20.384	-	(64.868)
Participação financeira do consumidor	(109.976)	(163.870)	138.743	-	(135.103)
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(3)	-	-	-	(3)
Programa de eficiência energética - PEE	(17.251)	-	-	-	(17.251)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.501)	(379)	1.397	-	(483)
Valores pendentes de recebimento	(91.586)	(49.189)	-	-	(140.775)
Total	(5.035.138)	126.160	-	(1.652.359)	(6.561.337)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Resultado societário por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2018	2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Resultado societário do exercício	534.870	(117.313)
Resultado societário básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,2267	(0,0497)

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado societário diluído é igual ao resultado societário básico.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, a ser convertido posteriormente em aumento de capital, por meio de proposta de deliberação à Assembleia Geral Extraordinária - AGE. Até 31 de dezembro de 2018 o montante total repassado, na forma de AFAC, foi de R\$2.600.000, o qual foi convertido em aumento de capital conforme deliberação da AGE em 07 de agosto de 2019.

Outros resultados abrangentes

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, e da base de remuneração obrigatória - BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	1.275.496	927.185
Reserva de reavaliação	(273.554)	433.787
Outros resultados abrangentes	1.001.942	1.360.972

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 18 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração deliberou pagamentos de juros sobre o capital próprio em 2018 no montante de R\$100.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$34.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2018.

	2018
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido societário do exercício	534.870
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido societário	267.435
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	15.000
	282.435
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	
Dividendos estatutários	182.435
Juros sobre capital próprio	100.000
	282.435
Dividendos por ação - R\$	
Dividendos obrigatórios registrados em conformidade ao estatuto	0,1197

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Dividendos estatutários	182.435
Declaração de JCP	100.000
IRRF sobre JCP	(15.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	267.435

Proposta de destinação do lucro societário de 2018

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03 de maio de 2019, aprovou a seguinte destinação do lucro líquido societário de 2018, no montante de R\$534.870, deduzidos dos efeitos do ajuste decorrente da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018, no montante de R\$99.076:

- R\$26.744, relativos a 5% do lucro líquido societário, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$100.000 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de juros sobre o capital próprio (“JCP”);
- R\$182.435 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$9.237 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2018 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$117.378 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2019.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros apresentada nessas demonstrações contábeis é demonstrada como segue:

	2018	2017
Reservas de lucros		
Reserva legal	251.730	224.986
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	17.886	8.649
Reserva de retenção de lucros societária	276.240	158.862
Absorção de prejuízos regulatórios	(301.579)	(392.497)
Reserva de retenção de lucros regulatória	(25.339)	(233.635)
	244.277	-

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital conforme demonstrado a seguir.

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido societário do exercício	534.870	(117.313)
Reserva legal	5%	-
Reserva legal constituída	26.744	-

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$17.886 (R\$8.649 em 31 de dezembro de 2017).

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros societárias referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Esta conta tem apresentado saldo negativo na contabilidade regulatória em função da absorção dos prejuízos regulatórios apurados nos exercícios de 2016 e 2017.

23. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita bruta	Nº Consumidores (*)		MWh Mil (*)		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017 (Reclassificado)
Fornecimento - faturado						
Residencial	6.817.365	6.765.201	10.267	10.008	4.497.664	4.091.847
Industrial	72.341	73.833	2.588	2.611	871.627	808.362
Comercial	720.535	717.988	5.190	5.253	2.204.052	2.110.650
Rural	712.792	705.541	3.614	3.648	1.164.137	1.057.330
Poder público	64.322	63.477	871	866	337.359	313.828
Iluminação pública	6.418	6.137	1.384	1.367	312.704	285.257
Serviço público	13.431	12.976	1.315	1.300	535.760	488.913
	8.407.204	8.345.153	25.229	25.053	9.923.303	9.156.187
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	7.586	187.762
Uso da rede elétrica de distribuição faturado						
Consumidores cativos	-	-	-	-	7.916.887	7.238.769
Consumidores livres	-	-	-	-	2.066.845	1.643.377
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	44.810	47.559
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	1.973.064	988.259
	-	-	-	-	2.017.874	1.035.818
Serviços cobráveis	-	-	-	-	13.915	10.526
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.117.210	1.024.986
	-	-	-	-		
Outras receitas	-	-	-	-	84.092	-
Total	8.407.204	8.345.153	25.229	25.053	23.147.712	20.297.425

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2018	2017
Impostos sobre a Receita		
ICMS	4.821.866	4.951.109
PIS-PASEP	383.994	338.011
COFINS	1.768.648	1.556.897
ISSQN	927	515
	6.975.435	6.846.532
Encargos do Consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	64.309	55.647
Conta de desenvolvimento energético-CDE	2.450.044	1.749.551
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	25.724	22.259
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	25.724	22.259
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	12.862	11.128
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	654.470	453.775
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	17.222	16.330
	3.250.355	2.330.949
	10.225.790	9.177.481

24. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

	2018	2017
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.350.891	1.243.354
Contratos por cotas de garantia física	698.310	498.366
Cotas das usinas de Angra I e II	266.846	243.776
Energia de curto prazo	1.496.314	1.281.579
Contratos bilaterais	292.661	291.611
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.397.462	3.590.710
PROINFA	324.545	302.796
Geração distribuída	92.673	11.546
Créditos de PASEP/COFINS	(682.176)	(680.750)
	7.237.526	6.782.988
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	1.463.469	1.002.452
	8.700.995	7.785.440

25. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e administradores	2018	2017
Pessoal	1.223.933	934.140
Remuneração	506.895	482.630
Encargos	178.243	249.747
Previdência privada - corrente	47.442	67.477
Programa de demissão voluntária	2.446	24.143
Despesas rescisórias	65.756	155.559
Participação nos lucros e resultados - PLR	50.506	3.199
Outros benefícios - corrente	96.708	122.720
Benefícios pós-emprego - prev. privada - déficit ou superávit atuarial	70.328	62.233
Outros benefícios pós-emprego - déficit ou superávit atuarial	153.713	(241.822)
Outros	51.896	8.254
	15.959	11.954
Administradores	14.357	11.020
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	14.357	11.020
Benefícios dos administradores	1.602	934
Total	1.239.892	946.094

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), com período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018, sendo elegíveis os empregados que tivessem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$17.114, correspondente à adesão de 108 empregados.

Em 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$157.528, correspondente à adesão de 925 empregados.

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O valor estimado, provisionado em 2018, referente à despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, é de R\$50.584, correspondente à adesão de 365 empregados.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019, com alteração dos requisitos para adesão, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

b) Serviços de terceiros	2018	2017
Leitura de medidores e entrega de contas	126.940	141.689
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	293.016	228.287
Comunicação	65.858	74.272
Conservação e limpeza de prédios	79.019	76.918
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	37.223	13.834
Corte e religação	61.653	34.813
Podas de árvores	27.895	21.150
Serviços advocatícios e custas processuais	18.169	19.057
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	3.004	2.736
Serviços de tecnologia da informação	42.976	45.558
Mão de obra contratada	12.620	10.092
Hospedagem e alimentação	8.571	9.296
Vigilância	9.847	9.621
Impressão de fatura de energia elétrica	1.779	2.551
Manutenção e conservação de veículos	1.755	1.588
Reprografia e publicações legais	17.681	19.763
Consultoria	3.429	6.769
Despesas com transporte - pessoa jurídica	6.815	15.455
Inspeção de unidades consumidores	9.562	5.271
Fretes e passagens	2.870	3.130
Outros	49.636	42.804
	880.318	784.654

c) Provisões (reversões) operacionais	2018	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	272.950	228.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos a receber (reversão)	(5.386)	23.106
Provisão para redução a valor recuperável (nota 14)	42.029	-
Provisão (reversão) para contingências (nota 20)		
Trabalhistas	23.860	175.274
Cíveis	8.993	29.721
Tributárias	(2.478)	2.534
Ambientais	1.207	2
Regulatórias	(6.320)	2.512
Outras	(427)	7.280
	24.835	217.323
	334.428	468.857

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	19.046	63.242
Acréscimos moratórios de contas de energia	339.458	248.702
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	-	173
Variações cambiais de Itaipu	24.810	18.521
Variações monetárias	6.531	32.104
Variação monetária depósitos judiciais	3.777	38.610
Variação monetária - ativos e passivos financeiros setoriais (nota 13)	206.693	159.082
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(28.177)	(26.178)
Outras	31.368	22.103
	603.506	556.359
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(380.806)	(515.577)
Amortização do custo de transação (nota 17)	(12.606)	(38.172)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(49.342)	(47.373)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(2.584)	-
Variações cambiais de Itaipu	(53.848)	(16.241)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 17)	(89.891)	(71.568)
Variação monetária – ativos e passivos financeiros setoriais (nota 13)	(144.670)	(200.355)
Variação monetária de P&D e PEE	(17.851)	(23.982)
Outras variações monetárias	(1.835)	(1.551)
Outras	(36.971)	(59.288)
	(790.404)	(974.107)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(186.898)	(417.748)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controlador								
Governo do Estado de Minas								
Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	244.960	54.926	-	-	163.152	136.273	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	1.220	-	-	-	-	-	-
ICMS – Antecipação (2)	-	-	-	-	10.902	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	-	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	-	1.119	-	-	-	-	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	20.268	21.738	-	-	(57.253)	(37.270)
Prestação de Serviço (4)	4.465	7.365	2.339	2.547	-	-	(18.172)	-
Operações com Energia Elétrica (5)	512	256	-	-	2.250	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	267.435	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	-	-	-	-	(663)	(5.132)
Operações com Energia Elétrica (5)	1.191	3.464	24.061	24.020	25.477	41.670	(248.199)	(210.263)
Mútuo Partes Relacionadas (6)	-	-	-	-	-	-	(9.263)	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.172	7.105	33.912	30.102	(78.159)	(69.498)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	16.369	-	-	-	(160.564)
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	42.046	-	-	-	85.624	-	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	3.504	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	5.841	3.640	-	-	(202.301)	(122.434)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	885	858	-	-	(7.635)	(7.285)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	6.835	8.500	-	-	(91.238)	(87.029)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.317	2.157	-	-	(15.412)	(17.139)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	256	-	-	731	3.299	-	-
Prestação de Serviço (4)	-	7.365	-	590	3.618	4.935	(1.788)	(10.021)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	-	-	128	2.322	-	157	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	-	1.617	1.579	-	-
FIC Pampulha (a)								
Circulante								
Caixa e Equivalentes de caixa	132.518	72.653	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários (-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota explicativa nº 17)	421.460	301.717	-	-	1.347	700	-	-
	(13.015)	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	56.003	8.293	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	89.247	78.855	-	-	(119.671)	(109.606)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (10)	-	-	-	-	-	-	(52.637)	(56.970)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(20.309)	(19.088)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	1.375	2.909	-	-	(30.421)	(35.433)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.266.798	1.220.114	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	86.025	81.965	-	-	(134.087)	(142.199)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	1.643.675	1.244.683	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 9 parcelas vencidas em 31 de dezembro de 2018. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R\$2.050;
- Refere-se à receita financeira da antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais;
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se à despesa financeira do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig GT no montante de R\$630.000, liquidado em novembro e dezembro de 2018, acrescido de juros no montante de R\$9.263, correspondente a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 104 dias de vigência do contrato. O mútuo teve anuidade da Aneel;
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/12/2018 é R\$45.550;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (contrato encontra-se em processo de renovação, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018	2017
				Cemig D 24,47% (1)	Cemig D 19,90% (1)
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	5.092
ETAU (2)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.463	2.005
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	992
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	934
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	1.754	3.983
				4.217	13.006

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

(2) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	14.357	11.020
Participação nos resultados	2.127	290
Benefícios assistenciais	1.523	933
Total	18.007	12.243

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Investimentos temporários – aplicações financeiras	2	61.096	61.096	14.335	14.335
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	3.033.783	3.033.783	2.949.706	2.949.706
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	244.960	244.960	105.275	105.275
Investimentos temporários - fundos vinculados	2	155	155	86	86
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)	2	2.050	2.050	2.339	2.339
Ativos financeiros setoriais	3	3.730.452	3.730.452	2.712.566	2.712.566
Outros ativos - reembolso de subsídios tarifários	2	82.470	82.470	73.345	73.345
Outros ativos - subvenção baixa renda	2	30.232	30.232	26.660	26.660
Depósitos judiciais e cauções	2	1.707.668	1.707.668	1.650.412	1.650.412
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	45.550	45.550	-	-
		8.938.416	8.938.416	7.534.724	7.534.724
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	358.548	358.548	419.022	419.022
Investimentos temporários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	874	874
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	147.372	147.372	206.246	206.246
Letras financeiras - bancos	2	252.367	252.367	80.833	80.833
Debêntures	2	4.133	4.133	8.303	8.303
		403.872	403.872	296.256	296.256
		762.420	762.420	715.278	715.278
		9.700.836	9.700.836	8.250.002	8.250.002
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(6.263.408)	(6.263.408)	(5.682.691)	(5.682.691)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(472.349)	(472.349)	(522.001)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(273.462)	(273.462)	(205.244)	(205.244)
Passivos financeiros setoriais	3	(2.649.759)	(2.649.759)	(2.758.356)	(2.758.356)
Plano de regularização de créditos tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Fornecedores	2	(1.199.055)	(1.199.055)	(1.655.382)	(1.655.382)
		(10.858.033)	(10.858.033)	(11.106.550)	(11.106.550)

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 144,11% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 1,75% a CDI + 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2018		2017	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	6.695	25.936	6.493	22.933
Fornecedores (Itaipu binacional) (nota 15)	69.177	268.004	72.618	240.220
Passivo líquido exposto	75.872	293.940	79.111	263.153

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real no final de 2019 será uma desvalorização de 1,92% (R\$3,80). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 31/12/2018	Cenário dólar R\$3,80	Cenário dólar R\$4,75	Cenário dólar R\$5,70
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	25.936	25.439	31.799	38.159
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	268.004	262.871	328.589	394.307
Passivo líquido exposto	293.940	288.310	360.388	432.466
Efeito líquido da variação cambial		(5.630)	66.448	138.526

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2018	2017
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)	358.548	419.022
Investimentos temporários (nota 7)	464.968	310.591
Ativos financeiros setoriais (nota 13)	3.730.452	2.712.566
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada (nota 27)	45.550	-
	<u>4.599.518</u>	<u>3.442.179</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 17)	(3.673.054)	(3.178.548)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(2.649.759)	(2.758.356)
Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 16)	-	(282.876)
	<u>(6.322.813)</u>	<u>(6.219.780)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(1.723.295)</u>	<u>(2.777.601)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC será de 6,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2018	31 de dezembro de 2019		
	Valor contábil	Cenário SELIC 6,50%	Cenário SELIC 8,13%	Cenário SELIC 9,75%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 6)	358.548	381.854	387.698	393.506
Investimentos temporários (nota 7)	464.968	495.191	502.770	510.302
Ativos financeiros setoriais – SELIC (nota 13)	3.730.452	3.972.931	4.033.738	4.094.171
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - SELIC (nota 27)	45.550	48.511	49.253	49.991
	<u>4.599.518</u>	<u>4.898.487</u>	<u>4.973.459</u>	<u>5.047.970</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 17)	(3.673.054)	(3.911.803)	(3.971.673)	(4.031.177)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(2.649.759)	(2.821.993)	(2.865.184)	(2.908.111)
	<u>(6.322.813)</u>	<u>(6.733.796)</u>	<u>(6.836.857)</u>	<u>(6.939.288)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(1.723.295)</u>	<u>(1.835.309)</u>	<u>(1.863.398)</u>	<u>(1.891.318)</u>
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<u>(112.014)</u>	<u>(140.103)</u>	<u>(168.023)</u>

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2018	2017
Ativos		
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	247.010	107.614
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)	(2.552.141)	(2.457.344)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(472.349)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(273.462)	(205.244)
	<u>(3.297.952)</u>	<u>(3.184.589)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(3.050.942)</u>	<u>(3.076.975)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, o IPCA será de 4,0881% e o IGP-M de 4,35%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	31/12/2018	31 de dezembro de 2019		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,0881% IGPM 4,35%	Cenário IPCA 5,11% IGPM 5,44%	Cenário IPCA 6,14% IGPM 6,53%
Ativos				
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M (nota 27)	247.010	257.755	260.447	263.140
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)	(2.552.141)	(2.656.475)	(2.682.555)	(2.708.587)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 19)	(472.349)	(491.659)	(496.486)	(501.304)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(273.462)	(284.641)	(287.436)	(290.225)
	<u>(3.297.952)</u>	<u>(3.432.775)</u>	<u>(3.466.477)</u>	<u>(3.500.116)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(3.050.942)</u>	<u>(3.175.020)</u>	<u>(3.206.030)</u>	<u>(3.236.976)</u>
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		<u>(124.078)</u>	<u>(155.088)</u>	<u>(186.034)</u>

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou em suas demonstrações contábeis regulatórias capital circulante líquido positivo de R\$586.754 e lucro líquido de R\$379.608. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, totalizaram R\$1.500.615 e R\$4.762.793, respectivamente e a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo de R\$744.844.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	40.596	681.503	1.155.338	5.491.089	990.877	8.359.403
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.398	16.848	76.980	453.800	62.802	618.828
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2.563	5.160	23.606	139.081	345.901	516.311
	51.557	703.511	1.255.924	6.083.970	1.399.580	9.494.542
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.061.948	135.893	1.214	-	-	1.199.055
	1.113.505	839.404	1.257.138	6.083.970	1.399.580	10.693.597

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$549.203.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão. Mais detalhes na nota explicativa nº 4.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2018	2017
Total do passivo	24.068.807	21.904.548
Caixa e equivalentes de caixa	(451.304)	(520.887)
Investimentos temporários - fundos vinculados	(155)	(86)
Passivo líquido	23.617.348	21.383.575
Total do patrimônio líquido	4.614.333	2.886.814
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	5,12	7,41

29. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2018 a 29/04/2019	US\$ 3.285 US\$ 14.000	US\$ 35
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2018 a 02/11/2019	R\$164.514	R\$169
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R\$436.994	R\$94
Equipamentos de telecomunicações (2)	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R\$17.208	R\$7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 (3)	Total	07/12/2018 a 07/12/2019	R\$542.976	R\$729

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) Nova contratação em processo administrativo

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$230.662.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.352.514	1.415.678	1.380.762	1.440.308	1.532.335	45.655.893	52.777.490
Transporte de energia elétrica de Itaipu	233.341	236.682	219.903	207.010	217.238	6.962.103	8.076.277
Compra de energia - leilão	2.752.584	3.129.558	3.525.176	3.807.762	4.293.058	85.443.754	102.951.892
Compra de energia elétrica – Contratos bilaterais	314.486	332.955	348.756	365.741	384.785	468.823	2.215.546
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	266.557	284.752	291.133	305.241	320.625	12.431.621	13.899.929
Cotas de garantias físicas	857.819	895.955	933.799	978.886	1.028.103	39.889.838	44.584.400
Arrendamentos operacionais (1)	55.652	51.644	25.191	-	-	-	132.487
	5.832.953	6.347.224	6.724.720	7.104.948	7.776.144	190.852.032	224.638.021

(1) Refere-se ao total dos pagamentos mínimos futuro, não canceláveis, de aluguel de frota de veículos para atividades fins, com reajuste anual pelo IGP-M, sem termos de renovação; e aluguel de imóveis das sedes administrativas para atividades fins (mais detalhes na nota explicativa nº 27).

31. REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA COMPANHIA

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário de 23,19%, devendo ser ressaltado que o percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 4,30%. O percentual remanescente, de 18,89%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia e encargos de transmissão, e; (ii) 9,89% referente a outros itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorou de 28 maio de 2018 até 27 de maio de 2019.

Resumo da Revisão Tarifária

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita último IRT (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)	Impacto na revisão tarifária (%)	Participação receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3+1.4)	9.140.328	10.402.478	1.262.150	13,81	9,59	69,80
1.1. Encargos setoriais	2.653.358	3.103.334	449.976	16,96	3,42	20,83
TFSEE	16.570	17.649	1.079	6,51	0,01	0,12
CDE (USO)	1.001.480	1.342.238	340.758	34,03	2,59	9,01
CDE (Decr. 7945/2013)	349.414	370.056	20.642	5,91	0,16	2,48
CDE (Conta-ACR)	486.619	636.390	149.771	30,78	1,14	4,27
PROINFA	303.802	319.391	15.589	5,13	0,12	2,14
ESS e EER	385.323	288.435	(96.888)	(25,14)	(0,74)	1,94
P&D e eficiência energética	110.150	129.175	19.025	17,27	0,14	0,87
1.2. Transmissão	1.202.060	1.390.862	188.802	15,71	1,43	9,33
Rede básica	798.021	968.705	170.684	21,39	1,30	6,50
Rede básica fronteira	165.032	134.081	(30.951)	(18,75)	(0,24)	0,90
Rede básica NOS (A2)	8.536	9.622	1.086	12,72	0,01	0,06
Rede básica export.(A2)	2.857	6.715	3.858	135,04	0,03	0,05
MUST Itaipu	72.528	81.618	9.090	12,53	0,07	0,55
Transporte de Itaipu	110.218	122.597	12.379	11,23	0,09	0,82
Conexão	41.163	64.005	22.842	55,49	0,17	0,43
Uso do sistema de distribuição	3.705	3.519	(186)	(5,02)	-	0,02
1.3. Compra de energia	5.284.910	5.821.789	536.879	10,16	4,08	39,06
1.4. Receitas irrecuperáveis	-	86.493	86.493	-	0,66	0,58
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	4.014.483	4.501.478	486.995	12,13	3,70	30,20
3. Reposicionamento econômico	13.154.811	14.903.956	1.749.145	13,30	13,30	100,00
4. Componentes financeiros	(616.050)	480.969	1.097.019	-	3,66	-
5. Reposicionamento com financeiros	-	15.384.925	15.384.925	-	16,96	-
6. Financeiros retirados do IRT anterior	-	-	-	-	6,24	-
7. Efeito para consumidor	-	-	-	-	23,19	-

Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- as inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- a base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração:

Descrição	Valores
(1) Ativo imobilizado em serviço (valor novo de reposição)	38.092.630
(2) Índice de aproveitamento integral	87.684
(3) Obrigações especiais bruta	9.418.457
(4) Bens totalmente depreciados	8.096.081
(5) Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	20.490.408
(6) Depreciação acumulada	22.920.696
(7) AIS líquido (valor de mercado em uso)	15.171.934
(8) Índice de aproveitamento depreciado	53.449
(9) Valor da base de remuneração (VBR)	15.118.485
(10) Almoarifado em operação	18.125
(11) Ativo diferido	0,00
(12) Obrigações especiais líquida	6.402.792
(13) Terrenos e servidões	172.560
(14) Base de remuneração líquida total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.906.378
(15) Saldo RGR PLPT	40.236
(16) Saldo RGR demais investimentos	-
(17) Taxa de depreciação	3,84%
(18) Quota de reintegração regulatória = (5) * (17)	786.832
(19) Remuneração de obrigações especiais	148.696
(20) Remuneração do capital	1.235.979

Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O custo anual das instalações móveis e imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a base de anuidade regulatória (BAR) não são considerados no ativo imobilizado em serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.825.877
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	821.645
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	219.105
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	785.127
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	92.502
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	44.732
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	196.266
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	333.500

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros no imobilizado e intangível no montante total de R\$28.458 (R\$68.528 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

33. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2018				2017			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		451.304	-	-	451.304	520.887	-	-	520.887
Consumidores	33.1.1 33.2.4	2.876.096	(16.234)	-	2.859.862	2.506.832	-	179.442	2.686.274
Concessionárias e permissionárias	33.1.1	195.122	-	-	195.122	304.393	-	(179.442)	124.951
Serviços em curso	33.2.6	373.860	(373.860)	-	-	428.927	(428.927)	-	-
Tributos Compensáveis		53.841	-	-	53.841	106.008	-	-	106.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		165.061	-	-	165.061	174.694	-	-	174.694
Almoxarifado operacional		26.826	-	-	26.826	29.164	-	-	29.164
Investimentos temporários	33.1.2	408.924	-	(155)	408.769	302.384	-	(86)	302.298
Ativos financeiros setoriais	33.2.1	2.689.722	(2.689.722)	-	-	1.760.750	(1.760.750)	-	-
Ativos financeiros da concessão	33.2.1	-	646.874	-	646.874	-	158.525	-	158.525
Despesas pagas antecipadamente	33.1.3	1.973	-	(1.973)	-	1.931	-	(1.931)	-
Outros ativos circulantes	33.1.2 33.1.3	469.861	-	2.128	471.989	394.126	604	2.017	396.747
TOTAL DO CIRCULANTE		7.712.590	(2.432.942)	-	5.279.648	6.530.096	(2.030.548)	-	4.499.548
Bens destinados à alienação	33.1.4	5.055	-	(5.055)	-	3.037	-	(3.037)	-
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores	33.2.4	132.364	(131.653)	-	711	172.080	-	-	172.080
Concessionárias e permissionárias		75.161	-	-	75.161	71.676	-	-	71.676
Tributos compensáveis		181.663	-	-	181.663	181.556	-	-	181.556
Depósitos judiciais e cauções		1.707.668	-	-	1.707.668	1.650.412	-	-	1.650.412
Tributos diferidos	33.2.9	1.348.837	(14.416)	-	1.334.421	1.544.193	(438.112)	-	1.106.081
Investimentos temporários		56.199	-	-	56.199	8.293	-	-	8.293
Ativos financeiros setoriais	33.2.1	1.040.730	(1.040.730)	-	-	951.816	(951.816)	-	-
Ativos financeiros da concessão	33.2.1	-	829.562	-	829.562	-	580.247	-	580.247
Bens e direitos para uso futuro	33.1.5	94	-	(94)	-	99	-	(99)	-
Serviços em curso	33.2.6 33.1.4	209.130	(209.130)	-	-	187.213	(187.213)	-	-
Outros ativos não circulantes	33.1.5 33.1.6	34.506	(1.382)	10.690	43.814	32.266	300	8.683	41.249
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	33.1.6	5.541	-	(5.541)	-	5.547	-	(5.547)	-
Imobilizado	33.2.1 33.2.5	15.778.920	(15.778.920)	-	-	13.073.468	(13.073.468)	-	-
Ativos de contrato	33.2.2 33.2.5	-	518.162	-	518.162	-	-	-	-
Intangível	33.2.1 33.2.2 33.2.5	394.682	8.495.388	-	8.890.070	379.610	8.956.876	-	9.336.486
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.965.495	(7.333.119)	5.055	13.637.431	18.258.229	(5.113.186)	3.037	13.148.080
ATIVO TOTAL		28.683.140	(9.766.061)	-	18.917.079	24.791.362	(7.143.734)	-	17.647.628

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2018				2017			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		1.199.055	-	-	1.199.055	1.655.382	-	-	1.655.382
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.500.615	-	-	1.500.615	593.787	-	-	593.787
Obrigações sociais e trabalhistas		244.333	-	-	244.333	137.650	-	-	137.650
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		267.435	-	-	267.435	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		181.862	-	-	181.862	166.525	-	-	166.525
Tributos		297.725	-	-	297.725	523.914	-	-	523.914
Encargos setoriais	33.2.6	881.302	(512.018)	-	369.284	787.083	(428.323)	-	358.760
Passivos financeiros setoriais	33.2.1	2.042.848	(2.042.848)	-	-	2.017.025	(2.017.025)	-	-
Passivos financeiros da concessão	33.2.1	-	-	-	-	-	414.800	-	414.800
Outros passivos Circulantes		510.661	-	-	510.661	542.026	-	-	542.026
TOTAL DO CIRCULANTE		7.125.836	(2.554.866)	-	4.570.970	6.423.392	(2.030.548)	-	4.392.844
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.762.793	-	-	4.762.793	5.088.904	-	-	5.088.904
Benefício pós-emprego		3.220.182	-	-	3.220.182	2.655.628	-	-	2.655.628
Tributos		24.923	-	-	24.923	23.146	-	-	23.146
Provisão para litígios		439.889	-	-	439.889	480.977	-	-	480.977
Encargos setoriais	33.2.6	190.148	(70.972)	-	119.176	347.916	(187.213)	-	160.703
Passivos financeiros setoriais	33.2.1	606.911	(606.911)	-	-	741.331	(741.331)	-	-
PASEP/COFINS a serem restituídos ao consumidor		1.123.680	-	-	1.123.680	1.087.230	-	-	1.087.230
Outros Passivos Não Circulantes		13.108	-	-	13.108	20.886	-	-	20.886
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	33.2.2	6.561.337	(6.561.337)	-	-	5.035.138	(5.035.138)	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.942.971	(7.239.220)	-	9.703.751	15.481.156	(5.963.682)	-	9.517.474
TOTAL DO PASSIVO		24.068.807	(9.794.086)	-	14.274.721	21.904.548	(7.994.230)	-	13.910.318
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social		2.771.998	-	-	2.771.998	2.771.998	-	-	2.771.998
Ajustes de avaliação patrimonial	33.2.1 33.2.9	(1.001.942)	(273.554)	-	(1.275.496)	(1.360.972)	433.787	-	(927.185)
Reservas de lucros	33.2.4 33.2.9	244.277	301.579	-	545.856	-	392.497	-	392.497
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	-	-	2.600.000	1.500.000	-	-	1.500.000
Prejuízos acumulados		-	-	-	-	(24.212)	24.212	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.614.333	28.025	-	4.642.358	2.886.814	850.496	-	3.737.310
TOTAL DO PASSIVO E PAT. LÍQUIDO		28.683.140	(9.766.061)	-	18.917.079	24.791.362	(7.143.734)	-	17.647.628

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2018				2017			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório (Reclassificado)	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		23.147.712	834.938	-	23.982.650	20.297.425	1.192.387	-	21.489.812
Fornecimento de energia elétrica		9.968.113	-	-	9.968.113	9.203.746	-	-	9.203.746
Energia elétrica de curto Prazo		7.586	-	-	7.586	187.762	-	-	187.762
Disponibilização do sistema de distribuição		9.983.732	-	-	9.983.732	8.882.146	-	-	8.882.146
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.973.064	-	-	1.973.064	988.259	-	-	988.259
Serviços cobráveis		13.915	-	-	13.915	10.526	-	-	10.526
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.117.210	-	-	1.117.210	1.024.986	-	-	1.024.986
Receita de construção	33.2.3	-	756.964	-	756.964	-	1.044.682	-	1.044.682
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	33.2.1	-	325	-	325	-	8.587	-	8.587
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	33.2.7	-	(44.326)	-	(44.326)	-	-	-	-
Outras receitas	33.2.8	84.092	121.975	-	206.067	-	139.118	-	139.118
TRIBUTOS		(6.975.435)	-	-	(6.975.435)	(6.846.532)	-	-	(6.846.532)
ICMS		(4.821.866)	-	-	(4.821.866)	(4.951.109)	-	-	(4.951.109)
PIS-PASEP		(383.994)	-	-	(383.994)	(338.011)	-	-	(338.011)
COFINS		(1.768.648)	-	-	(1.768.648)	(1.556.897)	-	-	(1.556.897)
ISS		(927)	-	-	(927)	(515)	-	-	(515)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(3.250.355)	-	-	(3.250.355)	(2.330.949)	-	-	(2.330.949)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(64.310)	-	-	(64.310)	(55.646)	-	-	(55.646)
Programa de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE		(64.309)	-	-	(64.309)	(55.647)	-	-	(55.647)
Conta de desenvolvimento econômico – CDE		(2.450.044)	-	-	(2.450.044)	(1.749.551)	-	-	(1.749.551)
Taxa de fisc. de serviços de energia elétrica – TFSEE		(17.222)	-	-	(17.222)	(16.330)	-	-	(16.330)
Encargos do consumidor Bandeiras tarifárias		(654.470)	-	-	(654.470)	(453.775)	-	-	(453.775)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO		12.921.922	834.938	-	13.756.860	11.119.944	1.192.387	-	12.312.331
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(8.700.995)	-	-	(8.700.995)	(7.785.440)	-	-	(7.785.440)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.237.526)	-	-	(7.237.526)	(6.782.988)	-	-	(6.782.988)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.463.469)	-	-	(1.463.469)	(1.002.452)	-	-	(1.002.452)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		4.220.927	834.938	-	5.055.865	3.334.504	1.192.387	-	4.526.891
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.517.668)	(599.692)	-	(4.117.360)	(3.163.116)	(1.094.051)	-	(4.257.167)
Pessoal e administradores		(1.239.892)	-	-	(1.239.892)	(946.094)	-	-	(946.094)
Materiais		(57.526)	-	-	(57.526)	(43.267)	-	-	(43.267)
Serviços de terceiros		(880.318)	-	-	(880.318)	(784.654)	-	-	(784.654)
Arrendamentos e aluguéis		(71.530)	-	-	(71.530)	(67.925)	-	-	(67.925)
Seguros		(1.825)	-	-	(1.825)	(2.473)	-	-	(2.473)
Doações, contribuições e subvenções		(13.092)	-	-	(13.092)	(10.439)	-	-	(10.439)
Provisões	33.2.4	(334.428)	2.228	-	(332.200)	(468.857)	-	-	(468.857)
Perdas na alienação de bens e direitos	33.1.8	(85.856)	3.374	6.066	(76.416)	(134.325)	(6.724)	-	(141.049)
(-) Recuperação de despesas	33.2.1	41.052	-	-	41.052	37.881	-	-	37.881
Tributos		(6.305)	-	-	(6.305)	(4.160)	-	-	(4.160)
Depreciação e amortização	33.2.1	(824.241)	229.319	-	(594.922)	(657.694)	96.473	-	(561.221)
Custo de construção	33.2.3	-	(756.964)	-	(756.964)	-	(1.044.682)	-	(1.044.682)
Gastos diversos	33.1.8	(221.782)	44.326	(6.066)	(183.522)	(239.164)	-	-	(239.164)
Outras receitas operacionais	33.2.7	178.075	(121.975)	-	56.100	158.055	(139.118)	-	18.937
RESULTADO DA ATIVIDADE		703.259	235.246	-	938.505	171.388	98.336	-	269.724
Resultado Financeiro		(186.898)	-	-	(186.898)	(417.748)	-	-	(417.748)
Receitas financeiras	33.1.7	603.506	-	(169.530)	433.976	556.359	-	(159.082)	397.277
Despesas financeiras	33.1.7	(790.404)	-	169.530	(620.874)	(974.107)	-	159.082	(815.025)
Resultado Antes dos tributos sobre o Lucro		516.361	235.246	-	751.607	(246.360)	98.336	-	(148.024)
Tributos sobre o Lucro	33.2.9	(136.753)	(79.984)	-	(216.737)	64.145	(33.434)	-	30.711
Resultado Líquido do Exercício		379.608	155.262	-	534.870	(182.215)	64.902	-	(117.313)

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2018	2017
Patrimônio Líquido Societário		4.642.358	3.737.310
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	33.2.1	(604.758)	(631.309)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	33.2.1	414.430	(657.299)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.2.4	147.887	-
Tributos diferidos (IR/CSLL)	33.2.9	14.416	438.112
Ajustes no PL acumulados no exercício		(28.025)	(850.496)
Patrimônio líquido regulatório		4.614.333	2.886.814

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2018	2017
Resultado do Exercício - Societário		534.870	(117.313)
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	33.2.1	(325)	(8.587)
Amortização - ativo financeiro BRR	33.2.1	26.876	26.748
Depreciação/Amortização - custo histórico base de remuneração regulatória (BRR)	33.2.1	(256.195)	(123.220)
Base de remuneração regulatória (BRR) – perdas (reversão)	33.2.1	(3.374)	6.724
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.2.4	(2.228)	-
Tributos diferidos (IR/CSLL)	33.2.9	79.984	33.433
Total de ajustes		(155.262)	(64.902)
Resultado do exercício -regulatório		379.608	(182.215)

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e as demonstrações financeiras societárias são como segue:

33.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

33.1.1 Consumidores e concessionárias e permissionárias

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes ao resultado das transações realizadas no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (energia elétrica de curto prazo) são apresentados na rubrica “concessionárias e permissionárias”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.12 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica consumidores e revendedores. Em 31 de dezembro de 2018 não haviam contas a receber em aberto junto a CCEE.

33.1.2 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

33.1.3 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

33.1.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos não circulantes.

33.1.5 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.36 do MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

33.1.6 Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

33.1.7 Variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, o resultado financeiro de variação cambial de Itaipu e atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância ao MCSE, conforme técnicas de funcionamento 7.2.1, 7.2.22 e 7.2.89 respectivamente.

Na contabilidade societária o resultado financeiro é apresentado líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

33.1.8 Perda na alienação de materiais

Na contabilidade regulatória os valor referente à perda na alienação de materiais deve ser apresentado em conta específica, no grupo de perdas na alienação de bens e direitos, conforme técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados na linha de outros custos (gastos diversos).

33.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

33.2.1 Ativos financeiros de infraestrutura e ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos de infraestrutura

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1).

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro a valor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade a sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade regulatória, os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais (CVA e outros componentes financeiros) são reconhecidos, em contas de ativo e passivo determinadas para este fim, segregados em curto e longo prazo, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (técnica de funcionamento 7.2.173). O resultado financeiro apurado sobre esses itens é apresentado nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância às técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados na rubrica ativo financeiro da concessão e passivo financeiro da concessão de forma líquida para o mesmo período de apuração, e somados aos demais ativos e passivos financeiros da concessão. O resultado financeiro é apresentado pelo líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

33.2.2 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro, ativo intangível e/ou ativos de contrato em conformidade com o IFRS 12/ICPC 01 (R1).

33.2.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e custos de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e IFRS 15/CPC 47.

33.2.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Na contabilidade regulatória, os valores da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD são calculados conforme parâmetros definidos no item 6.3.3 e da técnica de funcionamento 7.2.8 do MCSE.

Na contabilidade societária, a PECLD é calculada de acordo com a IFRS 9/CPC 48, que determina que as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras societárias foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, sem transitar pelo resultado do exercício.

33.2.5 Ativos de contrato

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01 (R1). Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão durante o período de construção passaram a ser classificados como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados e posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e intangível na entrada em operação.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados como ativo imobilizado e ativo intangível.

33.2.6 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

33.2.7 Multa por violação de padrão indicador de continuidade

Até 31 de dezembro de 2017, os ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, eram reconhecidos como despesa operacional na contabilidade societária. A partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD), conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Na contabilidade regulatória os valores continuam sendo apresentados como despesa, na rubrica de gastos diversos, conforme disposto na técnica de funcionamento 7.2.221 do MCSE.

33.2.8 Outras receitas operacionais

Arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços

Na contabilidade societária, as receitas auferidas com arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços são apresentadas no grupo de receita operacional, compondo o total da receita líquida.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de outras receitas operacionais, na rubrica de arrendamentos e aluguéis e outros, conforme técnicas de funcionamento 7.2.184 e 7.2.185 do MCSE.

Outras receitas operacionais

Tratam-se de valores referentes às demais receitas operacionais que, na contabilidade societária são somados à receita operacional e na contabilidade regulatória são apresentadas como redutoras dos custos gerenciáveis (parcela B), conforme item 6.2.15 - Atividade não Vinculada à Concessão, do MCSE.

33.2.9 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário anual

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, que representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior. Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

Alteração do Estatuto Social e reestruturação operacional

Em 07 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que adequou a denominação e atividades das Diretorias Executivas.

Pré-pagamento de Dívidas

Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022. Tais pré-pagamentos, totalizando R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos, foram realizados com recursos provenientes da sua 7ª emissão de debêntures simples.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em

agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR.

Diante disso, foi reconhecida em setembro de 2019, uma provisão de contingência tributária no montante de R\$693.606 decorrente de processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente as contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL).

Emissão de Debêntures

Em 22 de julho de 2019, a Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) concluiu a distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 anos, no valor de R\$2,16 bilhões e pagando juros remuneratórios de CDI+0,454%a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 anos, no valor de R\$1,5 bilhão e pagando correção monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10%a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor Cemig Distribuição

Daniel Faria Costa
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretoria sem denominação específica

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade de Negócios
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Distribuição S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações contábeis regulatórias, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado ativos e passivos financeiros setoriais líquidos no montante de R\$1.080.693 mil relativo à conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros que referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos e aprovados anualmente pela ANEEL e aqueles que são efetivamente incorridos pela distribuidora ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de apuração dos valores, que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações), amortização dos saldos homologados pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas e um elevado volume de inputs manuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado do saldo da Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros; (ii) conciliação entre os valores homologados e a homologar registrados contabilmente com as resoluções de reajuste tarifário emitidas anualmente pela ANEEL; (iii) inspeção, por amostragem, de documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria

executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações contábeis regulatórias, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível da concessão nos montantes de R\$15.778.920 mil, e R\$394.682 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2018, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$1.008.665 mil.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis e regulatórias vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Shirley Nara S. Silva', is written over the printed name and title.

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2019.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.

Cledorvino Belini
Diretor Presidente

**Maurício Fernandes Leonardo
Júnior**
Diretor de Finanças e Relações
com Investidores

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs relativas ao exercício de 2018 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 07 de novembro de 2019, declaram não conhecer quaisquer eventos que possam afetar substancialmente as DCRs e que foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2019.

aa.) Gustavo de Oliveira Barbosa
Cláudio Morais Machado
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Marco Aurélio de Barcelos Silva
Rodrigo de Mesquita Pereira